



**Universidade de Brasília**

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

**As reformas educacionais republicanas na primeira  
metade do século XX.**

**Moisés de Sousa Rocha**

**Orientadora: Professora Dra. Ione Fátima Oliveira**

Brasília

2019

**Moisés de Sousa Rocha**

## **As reformas educacionais republicanas na primeira metade do século XX.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História. Orientado pela Professora Dra. Ione de Fátima Oliveira.

**Banca Examinadora**

---

Professora Dra. Ione de Fátima Oliveira (Orientadora) – HIS/UnB

---

Professora Dra. Léa Maria Carrer Iamashita – HIS/ UnB

---

Professor Dr. Mateus Gamba Torres – HIS/UnB

Brasília

Novembro de 2019

À minha esposa Renata Rocha,  
que sempre me ajudou e me deu força.

Aos meus filhos Isaías e Emanuela,

Que isso sirva de exemplo a eles.

Aos meus pais Raimundo e Antônia,  
pela educação que me proporcionaram;

À minha orientadora, professora Ione,  
pela paciência e aprendizado.

## SUMÁRIO

<b>Resumo.....</b>	<b>04</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>05</b>
<b>Capítulo 1 – A Educação na Primeira República.....</b>	<b>08</b>
1.1 A institucionalização das bases educacionais no Brasil.....	08
1.2 O ensino primário e secundário na Primeira República.....	12
1.3. As reformas educacionais na Primeira República.....	15
<b>Capítulo 2 – As mudanças educacionais na década de 20 e a educação no Governo Provisório.....</b>	<b>20</b>
2.1.A Crise da década de 1920.....	20
2.2.O movimento da Escola Nova e a influência da Igreja Católica na educação.....	21
2.3. A Reforma Francisco Campos durante o Governo Provisório.....	24
2.4. “Manifesto da nova educação ao governo e ao povo”: o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932.....	27
<b>Capítulo 3 – O Estado Novo e a Reforma do Ensino Secundário de 1942.....</b>	<b>32</b>
3.1 As Constituições de 1934 e 1937: o contexto histórico dos anos de 1930.....	32
3.2. Gustavo Capanema e a consolidação do Estado Novo.....	34
3.3. A Reforma do Ensino Secundário de 1942: formar as mentes condutoras da nação.....	41
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>46</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>49</b>
<b>1. Fontes.....</b>	<b>49</b>
<b>2. Bibliografia.....</b>	<b>50</b>

## **Resumo.**

Esse trabalho analisa os postulados do ensino de acordo com as reformas educacionais na primeira metade do século XX. Procuramos delinear as bases do ensino desde a Constituição de 1824 até o projeto de Capanema em 1942, numa análise das Constituições, dos Decretos, das Leis, dos Decretos-Leis, e também de documentos não oficiais, tais como manifestos e artigos jornais daquele período. Analisamos as várias reformas do ensino do período e o ensino secundário como a modalidade que formava a elite intelectual que conduziria a nação. Demonstramos que a elitização do ensino não nasceu com o Estado Novo de 1937, mas que se alterou pouco desde o período imperial. Obras de outros autores consagrados sobre o tema do ensino foram analisadas, indo além da área de estudo da História, numa relação de cruzamentos de informações entre a Sociologia, Pedagogia e História. A área de estudo nesse trabalho é a das ideias educacionais, delimitada nos projetos políticos e das elites intelectuais.

Palavras-chaves: Ensino Secundário; Gustavo Capanema; Reformas Educacionais.

## Introdução.

Quando se menciona a Era Vargas, geralmente os estudos na área da História se debruçam mais sobre as questões econômicas e políticas: como o intervencionismo econômico, as leis trabalhistas, a força propagandista do Estado Novo, o autoritarismo e a política externa. A área da educação desse período geralmente é estudada por outros ramos do conhecimento como a pedagogia e a sociologia. Entretanto, segundo o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova os objetivos da educação giram em torno de uma concepção de vida, de um ideal, mas o conteúdo desse ideal varia, durante o decorrer das civilizações nos períodos históricos de acordo com as estruturas e tendências de cada época, extraído da realidade social sua força vital<sup>1</sup>. Ou seja, entender a educação em determinada época é compreender os objetivos e as concepções das elites governamentais para os rumos da nação. Esse aprofundamento faz-se necessário para perceber as mudanças que a educação sofreu, bem como as transformações que ela proporcionou à sociedade, para chegar ao resultado que temos hoje.

O objetivo desse trabalho é estudar as reformas educacionais republicanas na primeira metade do século XX. Para melhor entender o período proposto foi preciso compreender as bases do ensino desde o Império, analisando desde a Primeira República até o Estado Novo.

O objetivo aqui não é tratar da consolidação da Reforma Capanema, mas sim analisar a legislação, procurando entender quais as ideias e concepções das elites intelectuais e governamentais para com a nação, a partir da ótica educacional. Para isso examinamos a questão do ensino nas Constituições de 1824, 1891, 1934 e 1937, os decretos das reformas educacionais do período, assim como documentos não oficiais, e artigos de jornais da época.

O primeiro capítulo engloba desde a Constituição de 1824 até o final da Primeira República, focando na caracterização do ensino primário e secundário nesse período. Tratamos também das Reformas ocorridas antes da Revolução de 1930. Mesmo havendo mudança no campo político e das ideias com a Proclamação da República em 1889, pois a proposta era romper com tudo que fosse atrelado à Monarquia, a educação do primeiro período republicano pouco mudou com relação ao que era praticado no Império. O ensino primário permaneceu escasso, tutorado e com altos índices de

---

<sup>1</sup> AZEVEDO, Fernando de, et al. Manifesto da nova educação ao governo e ao povo. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 19 mar. 1932. Página de Educação, p. 5. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_01&PagFis=9297](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_01&PagFis=9297) Acesso em 17/11/2019.

analfabetismo; o ensino secundário continuou acessível apenas para os setores médios urbanos e a elite brasileira que podiam arcar com os custos de manter os filhos na escola ou tutorar a educação domiciliar. Nesse capítulo pretendemos responder a duas questões sobre o ensino no período em análise: por que a educação pouco mudou, mesmo com a mudança de regime e a proposta de ruptura do pensamento político? Segundo ponto, por que a administração republicana não conseguiu difundir o ensino entre as pessoas de baixa renda?

No capítulo 2, o período de análise se estendeu da década de 1920 até o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932. O objetivo desse capítulo foi mostrar que mesmo com um ambiente de contestação política e social e uma mudança no modelo republicano a questão educacional permaneceu estratificada.

Na década de 1920 surgiu a Associação Brasileira de Educação<sup>2</sup>, uma instituição que canalizou as ideias dos pensadores do Movimento da Escola Nova. A principal bandeira desse movimento era a defesa da escola pública e universal, oferecida pelo Estado, sem distinção de sexo ou grupos sociais. Esse movimento tinha como mentor o norte-americano John Dewey e entre os brasileiros se destacaram: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Francisco Campos.

A educação nos anos vinte era descentralizada, devido ao modelo federativo, a frequência nas poucas instituições de ensino não era obrigatória e muitas escolas podiam emitir certificados de conclusão desde que fossem equiparadas ao Colégio Pedro II, Instituição de referência naquela época. Diferentes reformas foram implantadas nos âmbitos nacional e estaduais para reduzir esses problemas, mas as tentativas foram frustradas. Algumas reformas chegaram a ser consideradas retrocessos.

Com a eclosão da Revolução de 30 e a implantação da centralização administrativa, a educação passou a ser tratada no âmbito nacional. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública no mesmo ano evidenciou a preocupação. Foi nomeado para a pasta Francisco Campos, que em 1932 logrou uma reforma educacional de cunho nacional, instituindo a frequência obrigatória para a obtenção dos certificados e a seriação do ensino secundário. Entre os integrantes da ABE havia uma polaridade entre aqueles que defendiam as ideias dos pensadores da Escola Nova, e aqueles, principalmente católicos, que pregavam o conservadorismo. Com isso em 1932, após várias conferências, discussões e debates que foi publicado por Fernando de Azevedo,

---

<sup>2</sup> ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. Quem somos? Breve histórico. Disponível em <http://www.abe1924.org.br/quem-somos> Acesso em 21/05/2019

no jornal **Diário de Notícias**, o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, defendendo a escola pública, gratuita, universal e a coeducação.

No capítulo 3 procuramos compreender a Reforma Capanema de 1942 em conjunto com a consolidação do Estado Novo. Após as análises das conjunturas políticas e sociais dos capítulos anteriores, estudamos a adoção do autoritarismo com o Estado Novo e a manutenção da elitização do ensino secundário.

Uma das formas de entender o campo das ideias de um governo é analisando a legislação que o rege, por conta disso começamos o capítulo examinando as duas constituições da Era Vargas, a de 1934 e a de 1937. Na Constituição de 1934 houve a vitória dos vários grupos que compuseram o cenário da Revolução de 1930. Na área da educação não seria diferente. Para atender aos católicos foi determinado o ensino religioso nas escolas e, satisfazendo os anseios dos escolanovistas, foi estabelecida a obrigatoriedade do Estado em promover a educação. Com a Constituição de 1937, o que era obrigatoriedade do Estado em oferecer a educação passou a ser uma ação supletiva. Além do mais foi instituído o ensino técnico voltado para as camadas mais pobres da população e o ensino secundário para os setores médios urbanos em ascensão e a elite. Percebemos que o acesso ao ensino continuou restrito e as mudanças foram pequenas se comparadas ao que vinha sendo praticado desde o período Monárquico.

Na segunda parte do terceiro capítulo fizemos a análise do principal personagem desse trabalho, Gustavo Capanema. Para Schwartzman [et al], a elite tende a gerar seus intelectuais, por ter condições de manter seus filhos na escola, ensinando a eles o mundo das línguas, dos livros e das ideias.<sup>3</sup> Além disso, a manutenção do poder tende a ficar nas mãos dessa elite intelectual, pela rede de relacionamentos que se mantém e passa de geração a geração. Com Capanema não foi diferente.

Paralelo a isso, consideramos as bases ideológicas do Estado Novo, tais como o nacionalismo, a brasilidade, o civismo, o controle dos grupos sociais e o teor autoritário e anticomunista.

Na última parte do último capítulo analisamos a Reforma do Ensino Secundário de 1942, ou Reforma Capanema, para entendermos o que seria o novo homem do Estado Novo, que estava refletido na Reforma. Quais foram as diretrizes do projeto? Como a educação poderia servir aos propósitos ideológicos do Estado Novo para formar “as mentes condutoras da nação”?

---

<sup>3</sup> SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. P. 61.



## Capítulo 1 – A educação na Primeira República.

### 1.1 A institucionalização das bases educacionais no Brasil.

Em novembro de 1889 o Brasil passou por uma mudança na forma de governo: a Monarquia foi destituída e a República implantada. O projeto dos republicanos contemplava formar uma nova sociedade brasileira. Modelos e tradições relacionados à Monarquia eram vistos como atrasados e regressistas. O país precisava de novos rumos que o conduzisse ao progresso, equiparando-se a países desenvolvidos.<sup>4</sup> A educação formal dos diversos setores sociais era vista como uma das vias para que o país alcançasse o progresso. Apesar do consenso em torno da questão educacional desde o início da República, o questionamento é: por que a escolarização de crianças, jovens e mesmo de adultos vivenciou poucas mudanças na primeira fase republicana?

Para entendermos a educação na Primeira República apresentaremos um breve histórico sobre as bases educacionais brasileiras. De acordo com a Constituição de 1824, o artigo 179 dispôs sobre os direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros. O inciso XXXII do referido artigo estabeleceu “A Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos”, e o inciso XXXIII “Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes”.<sup>5</sup> Nos dois incisos, o Império ofereceu garantias constitucionais do direito à educação ao cidadão da recém criada nação, mas não deixou claro de quem seriam as atribuições e responsabilidades pela instrução, cabendo ao governo central o ensino primário e secundário apenas no município neutro. Também era de sua atribuição o ensino superior.

O Ato Adicional de 1834 criou as Assembleias Legislativas Provinciais, concedeu mais autonomia aos municípios e a questão da educação ganhou alguma relevância na medida em que ao reger sobre as competências das Assembleias Legislativas instituiu a instrução básica como uma das obrigações do poder Legislativo provincial. O parágrafo 2º do artigo 10 designou: “Sobre instrucção publica e

---

<sup>4</sup> NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história, 1500-2000**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consultor, 1995. P. 178.

<sup>5</sup> **BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Imperio do Brazil, de 25 de março de 1824.** Rio de Janeiro, 1824. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm) Acesso em 10/2/2019.

estabelecimentos próprios a promover-a (...)”<sup>6</sup>. A partir desse momento ficou a cargo de cada Província propiciar os meios para prover a educação. Apesar de a Constituição de 1824 definir a centralização político-administrativa do Império, o Ato Adicional de 1834 descentralizou os encargos da educação. De acordo com a legislação do período regencial (1831-1840) foi facultado as primeiras letras somente à população livre: aos brancos ou de “boa sociedade” e ao “povo mais ou menos miúdo”<sup>7</sup>.

Com o advento da República e a promulgação da Constituição de 1891, o Brasil adotou uma organização federativa, conferindo às unidades federativas uma enorme soma de poderes, que se distribuiu entre estados e municípios. O artigo 68 da Constituição de 1891 dispôs: “Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse.”

Ao tratar das incumbências do Congresso Nacional, o artigo 35 da referida Constituição determinou ao Congresso, embora não privativamente:

2º) animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais;

3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados;

4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal..<sup>8</sup>

Com os dispositivos constitucionais, o Congresso Nacional se mantém como o criador e provedor das instituições de ensino superior e secundário no país, e diante da omissão constitucional a respeito do ensino básico, a etapa escolar ficou a cargo dos estados e municípios. Mesmo com a mudança da forma de governo e o projeto de incentivo à instrução dos republicanos, a educação sofreu lentas modificações porque manteve a descentralização instituída em 1834.

---

<sup>6</sup> BRASIL. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. **Alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832**. Rio de Janeiro, 1834. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM16.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm) Acesso em 14/03/ 2019.

<sup>7</sup> GOMES, Angela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. In GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. P. 388.

<sup>8</sup> BRASIL. **Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891**. Rio de Janeiro. 1891. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm) Acesso em 20/03/. 2019.

A adoção da descentralização político-administrativa na República acentuou ou manteve as diferenças educacionais entre as regiões. As unidades federativas com maior arrecadação de impostos puderam financiar construção de prédios escolares e investir em formação e remuneração de professores. Despontaram nesse cenário os estados de São Paulo e Minas Gerais, além do Distrito Federal.<sup>9</sup>

Outra mudança importante que a Constituição republicana promoveu foi a separação entre a Igreja Católica e o Estado. Ao instituir o Estado laico, foi introduzida à educação a proibição do ensino religioso. Isso pode ser verificado no artigo 72 – que tratava da inviolabilidade do direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade. O parágrafo 6º, inciso VI estabeleceu: “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.”<sup>10</sup> Apesar de o ensino religioso continuar sendo ministrado nos estabelecimentos privados, a Igreja perdeu poder de influência na estrutura educacional republicana.

A postura de supressão do ensino religioso nas escolas públicas recebeu importante sinalização durante o governo provisório de Deodoro da Fonseca. Como ministro da Instrução Pública, Benjamin Constant determinou:

4) em 22 de agosto, o Governo Provisório decidira suprimir o ensino religioso dos estabelecimentos públicos, sob a alegação de Benjamin Constant de que não cabia ao Estado desenvolver ou apurar o sentimento religioso, bastando, para isso, no lar, a ação de mãe de família e nos templos de cada religião a ação do sacerdote.<sup>11</sup>

Nas décadas seguintes a Igreja Católica e os intelectuais católicos se empenharam para voltar a ter projeção ao cenário educacional. Conseguiram vitórias por ocasião das reformas feitas no Governo Provisório de Vargas e no Estado Novo.

Apesar das mudanças constitucionais e dos ideais republicanos de progresso social, assim como ocorreu na Monarquia, o índice de alfabetização não se alterou com a passagem para a República. A prole das famílias ricas recebia a instrução básica ora em casa com os pais ou preceptores ora em escolas particulares. A formação era voltada para a educação humanística e literária, o ensino secundário usado como rito de

---

<sup>9</sup> ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 27ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. P. 43.

<sup>10</sup> BRASIL, Constituição (1824). **Op. Cit.**

<sup>11</sup> NISKIER, Arnaldo. **Op. Cit.** P. 185.

passagem para o ingresso nas instituições de ensino superior. Os filhos dos setores médios urbanos normalmente frequentavam as escolas públicas existentes.

Como a maioria da população era formada por pessoas que habitavam as zonas rurais, vivendo basicamente do trabalho no campo, elas não se preocupavam muito com a questão da educação. Primeiro porque eram raros os estabelecimentos de ensino público nas zonas rurais; segundo, as pessoas humildes e não-proprietárias não tinham condições de contratar tutores para uma educação domiciliar. Terceiro, porque mesmo nas áreas que existiam os estabelecimentos de ensino, os pais não viam a necessidade de enviarem seus filhos à escola: era mais proveitoso levá-los para o trabalho nas lavouras. Estes fatores representaram preocupações constantes dos intelectuais e políticos do início da República, uma vez que procuraram refletir e buscar formas de mudar o pensamento da população de baixa renda e incutir nela a ideia de valorização da instrução formal.

Em 1900, a população brasileira estava estimada em 17 milhões de habitantes, era eminentemente rural e possuía direitos civis e políticos, apesar de ter convivido mais de três séculos com a escravidão. Os índices nacionais de analfabetismo estavam na ordem dos 70% da população. O advento da República trouxe, em tese, o poder do Estado para mais próximo da população. Questões como saúde e educação, que no Brasil Império eram consideradas de ordem privada, sem intervenção governamental, passam a ser preocupação do Estado republicano. Na temática educação, tratada nesse trabalho, o Estado quis mostrar sua atuação principalmente com a fundação de prédios de instituições escolares e uma preocupação em mudar a instrução domiciliar para o ensino institucionalizado.

Mesmo querendo se diferenciar do Império, a questão da educação na Primeira República permaneceu muito parecida ao período anterior: pouco acesso à educação primária e profissionalizante para os setores sociais mais baixos. A educação secundária e superior, com seu ensino humanista, era destinada à formação das elites políticas e sociais da nação.

Para os republicanos, “República e educação escolar estavam associadas à crença na civilização e no progresso, que com toda certeza seriam alcançados, a despeito das dificuldades do caminho”<sup>12</sup>. O pano de fundo para se compreender a

---

<sup>12</sup> GOMES. **Op. Cit.** P. 387.

educação na República é entender que a população brasileira era em sua maioria rural, muito mais preocupada com as questões do plantio e da colheita, isto é, com sobrevivência, do que com a instrução formal. O ensino era majoritariamente domiciliar, com exceções das poucas escolas públicas e instituições confessionais ou particulares, com objetivo de preparação para os testes do ensino secundário que davam acesso ao ensino superior.

## **1.2 O ensino primário e secundário na Primeira República.**

Com a Constituição de 1891, a educação primária ficou a cargo dos estados e municípios. Entretanto, existiam muito mais instituições estaduais do que municipais, visto que a dificuldade dos municípios em financiar a educação primária era muito maior do que a das unidades federativas e o Distrito Federal.

Na maioria dos estados, as escolas estaduais eram mais numerosas do que as mantidas pelos municípios, o que mostra que o poder público estadual era o principal responsável pelas redes de escolas primárias no início do regime republicano, e que os municípios tinham mais dificuldade para enfrentar o desafio de mantê-las, não sendo, contudo, desprezível a sua participação.<sup>13</sup>

O estado de São Paulo se diferenciou dos outros estados no quesito da educação. Foram construídos vários prédios escolares; estátuas e símbolos que foram difundidos nas cidades, a fim de legitimar o regime republicano. As escolas pregavam o culto à pátria e o amor aos símbolos e heróis nacionais, celebrados em festas e desfiles.

Era o que ocorria nos dias 7 de setembro, o da Independência, e 15 de novembro, o da Proclamação da República, quando havia desfiles nas ruas das cidades. A tais datas se somavam o 21 de abril, dia de Tiradentes, e o 19 de novembro, dia da Bandeira, que também deviam ser lembrados. Aliás, a orientação que as autoridades republicanas passavam às escolas era a de que era importante comemorar, pois eram as festas que criavam o amor e o culto

---

<sup>13</sup> GOMES. *Op. Cit.* P. 406.

das datas e dos heróis nacionais, coisa com que, segundo elas, a monarquia jamais havia se preocupado.<sup>14</sup>

A República mesmo querendo se diferenciar da Monarquia no quesito educação, o pensamento das elites que se acomodaram no poder ainda estava muito atrelado aos donos de terras e senhores de escravos do período anterior. Por isso, Romanelli define o ensino como um sistema dual, sendo um retrato da sociedade brasileira na época: uma educação primária e profissionalizante parcamente difundida voltada para a população mais pobre, que precisava trabalhar nas fazendas ou empregar-se nas fábricas das cidades; e a educação secundária como um rito de passagem para o ensino superior, ficando destinadas às famílias que em sua maioria podiam pagar por ela – uma maneira de manter a estratificação social do período anterior.<sup>15</sup>

Para Angela de Castro Gomes, a questão da instituição escolar era vista de forma diferente para ricos e pobres. Os primeiros não consideravam ser necessário enviar seus filhos às escolas, pois podiam arcar com os custos de uma educação domiciliar, realizar os testes do ensino secundário e mantê-los no ensino superior. Para os setores sociais mais baixos a escola era vista como uma perda de tempo, pois não necessitavam do ensino das letras para exercer o trabalho nos campos, ou mesmo na cidade, onde era muito mais proveitoso levar as crianças e os adolescentes para a fábrica e ensinar-lhes um ofício prático.<sup>16</sup>

Um dos maiores desafios do ensino primário durante a Primeira República foi combater as altas taxas de analfabetismo. Segundo um censo realizado em 1908, estimava-se que 69,2% da população brasileira não sabiam nem ler nem escrever; no Distrito Federal a taxa chegava a 48%.<sup>17</sup> Intelectuais e políticos da época cobravam uma maior intervenção da União no ensino primário a despeito do teor federalista da Constituição de 1891 e do artigo 35 que delegava aos municípios e aos estados o papel dessa instrução.

O primeiro manual de instrução primária usado no Brasil em 1881, traduzido por Rui Barbosa, era do norte-americano Allisson Calkins e do francês Saffray. O método retirava o centro do saber do professor e o colocava no aluno. A aprendizagem era

---

<sup>14</sup> GOMES. **Op. Cit.** P. 403-404.

<sup>15</sup> ROMANELLI. **Op. Cit.** P. 41.

<sup>16</sup> GOMES. **Op. Cit.** P. 392.

<sup>17</sup> Levantamento publicado em 1916, volume I, intitulado: Estatística da Instrução. Produzido pela Diretoria Geral de Estatística do Brasil, criado em 1871. *Apud* GOMES. **Op. Cit.** P. 406.

obtida com a atenção aos sentidos sensoriais dos alunos – ouvir, falar, tocar – e a partir disso obter uma intuição sensorial sobre o que deveria ser absorvido. O objetivo dos intelectuais da Primeira República era retirar a questão alfabetizadora do ensino primário e inserir a missão civilizadora primeiramente às crianças para assim atingir os adultos.<sup>18</sup>

O ensino secundário, como uma modalidade propedêutica para o ensino superior, praticamente não foi discutido nas primeiras décadas do novo regime de governo. Algumas reformas foram propostas, mas mudanças significativas somente acontecem a partir da década de 1920. Os setores sociais que detinham o poder político na virada do século XIX para o XX eram formados pela pequena burguesia composta por comerciantes, advogados, médicos, dentre outros; pela classe média formada por padres e intelectuais; pelos militares – com prestígio por conta da Proclamação da República –; pela burguesia industrial em ascensão<sup>19</sup>; e os proprietários de terras que comandavam importantes questões político-econômicas.

Nessas condições, pode-se dizer que o ensino secundário brasileiro, encaminhando para os cursos superiores, e conseqüentemente, para as carreiras e profissões de prestígio, não é senão um instrumento de manutenção de status social elevado e de ascensão a este status.<sup>20</sup>

Estes setores sociais detentores do poder ainda tinham um pensamento ligado ao status que o ensino superior proporcionava: uma herança trazida do período monárquico. Por conta disso o ensino secundário foi mantido praticamente durante todo o período da Primeira República como era na Monarquia, ou seja, ensino primário e profissionalizante para as camadas mais baixa da população, e ensino secundário como fase de acesso ao ensino superior para as elites da sociedade.

Poucas eram as instituições públicas que ofereciam ensino secundário. O Colégio Pedro II, no Distrito Federal, funcionava na modalidade de internato e externato e as escolas confessionais católicas e protestantes que atendiam às elites da sociedade

---

<sup>18</sup>GOMES. **Op. Cit.** P. 399-400.

<sup>19</sup> ROMANELLI. **Op. Cit.** 2002. P. 41.

<sup>20</sup> NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974, 1976. P. 146.

brasileira representavam uma exceção.<sup>21</sup> A maioria das escolas de curso secundário era privada. Na realidade existia uma pequena oferta de vagas nos estabelecimentos públicos e o custo das instituições particulares era alto. A frequência escolar não era obrigatória, e os colégios particulares eram basicamente um local de aplicação de testes para o ingresso no ensino superior e um emissor de certificado de conclusão. A maioria dos pais não queria que seus filhos perdessem muito tempo nessa modalidade de ensino.

As matérias ministradas aos discentes que tinham acesso ao ensino secundário compunham uma linha de ideias mais voltada para o pensamento humanista. Segundo Nagle, os conteúdos ministrados eram: línguas, matemática, ciências, conhecimento de geografia e história. O ensino secundário cumpria a função de formar a intelectualidade nacional. Com a ausência de uma quantidade maior de jovens matriculados no ensino secundário devido às restrições econômicas, às barreiras sociais, às carências pedagógicas e ao projeto político-administrativo, a modalidade secundarista se fundamentava por aquilo que se propunha: acesso ao ensino superior para qualificar uma minoria para disputar as posições de maior prestígio social por meio de cargos políticos e burocráticos e profissões liberais.<sup>22</sup>

À exceção de o Colégio Pedro II, que garantia acesso direto às faculdades, as outras instituições tinham que aplicar os exames preparatórios para o ingresso ao ensino superior. As provas eram realizadas de forma parcelada, por matéria. Isso perdurou até 1910. A partir de 1911 passou a ser exigido o certificado de conclusão do ensino secundário para que o aluno pudesse prestar os exames de acesso ao ensino superior, denominados exames vestibulares.<sup>23</sup>

### **1.3 As Reformas educacionais na Primeira República.**

O sistema educacional brasileiro não foi algo que apareceu com a República, vinha sendo praticado desde os ensinamentos jesuíticos, passando pela Monarquia como um ensino domiciliar e elitista. Com o estabelecimento da República se fez necessário mudar algumas concepções. A sociedade brasileira, advinda de um sistema escravista e

---

<sup>21</sup> Após a institucionalização do ensino laico com a Constituição de 1891, a Igreja Católica investe muito no ensino secundário. Maristas, salesianos e jesuítas somente para homens; e o Sion, Sacré Coeur de Marie somente mulheres. In GOMES. **Op. Cit.** P. 397.

<sup>22</sup> NAGLE. **Op. Cit.** P. 147-148.

<sup>23</sup> GOMES. **Op. Cit.** P. 411.



sua permanência rural, considerada atrasada e longe de se inserir ao progresso proporcionado pelas novas técnicas e tecnologias, necessitava passar por modificações diversas para se tornar um país civilizado de acordo com as novas concepções republicanas. Entretanto, com a federalização das instruções primária e secundária, houve um fracionamento de modelos e estruturas educacionais nas diversas unidades federativas e no Distrito Federal. Várias mudanças foram colocadas em vigor, algumas no âmbito nacional para as modalidades secundária e superior, outras nos âmbitos estaduais para a instrução primária.<sup>24</sup>

A primeira alteração educacional do governo republicano foi a Reforma Benjamin Constant. Antes mesmo da promulgação da Constituição de 1891 foi posto em vigor o Decreto nº. 981, em 08 de novembro de 1890, pelo ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamin Constant. Um dos primeiros pontos dessa reforma foi mudar a função simplesmente alfabetizadora do ensino primário, colocando questões relacionadas à higiene e à educação moral e cívica no currículo (artigos 1º e 3º). Além disso, transformou o ensino primário em uma via de acesso ao ensino secundário e, posteriormente, ao ensino superior (artigo 6º). Dividiu o ensino primário em dois períodos, buscando melhorar a aprendizagem (artigo 2º).<sup>25</sup>

Um dos maiores impactos da reforma correspondeu ao ensino secundário, o Colégio Pedro II passou a ser o modelo de ensino para todos os estabelecimentos nacionais. Antes da reforma somente o Colégio Pedro II emitia o certificado que dava acesso ao ensino superior, com a reforma qualquer estabelecimento de ensino que se adequasse ao padrão do Ginásio Nacional teria a autorização para emitir esses certificados através dos exames de madureza, abolindo assim os exames preparatórios (artigo 38º).<sup>26</sup> Entretanto, o decreto não foi promulgado, permanecendo em tramitação no Congresso Nacional por nove anos.

Essa reforma, entretanto não se executa. Além da prorrogação do prazo de obrigatoriedade do exame de madureza, em favor dos preparatórios, de 1891

---

<sup>24</sup> Unidades federativas como São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Bahia e Distrito Federal aprovaram reformas educacionais ao longo da Primeira República. Ver BOMENY, Helena. Reformas educacionais. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf> Acesso em 23/5/2019.

<sup>25</sup> BRASIL. Decreto nº 981, de 8 de Novembro de 1890. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 23/05/2019

<sup>26</sup> Ibid.

a 1900, uma sequência de decretos, regulamentos, portarias, instruções e avisos modifica substancialmente o plano de estudos e o regime de equiparação adotado por Benjamin Constant.<sup>27</sup>

Durante o período em que ficou em tramitação no Congresso Nacional, a Reforma Benjamin Constant sofreu muitas alterações a ponto de ser praticamente toda modificada; o que se fez necessário reunir as mudanças em outro projeto. Assim, a Reforma Eptácio Pessoa, Decreto n.º 3.890 de 1º de janeiro de 1901, resgatou as principais premissas da Reforma Constant. Na condição de ministro da Justiça e Negócios Interiores, Eptácio Pessoa destacou o retorno da proposta de equiparação das instituições de outros estados ao Ginásio Nacional (Colégio Pedro II) estendendo às instituições estaduais, municipais e particulares a autorização para realizar os exames de madureza. A seriação do ensino e a obrigatoriedade da frequência escolar foram mantidas. Segundo Nagle, essa reforma não conseguiu implantar o sistema seriado. Sua efetivação foi adiada para 1904 e, posteriormente, para 1908.<sup>28</sup>

Aprovada pelo Decreto n.º 8.659, de 5 de abril de 1911 – denominada Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental – a Reforma Rivadávia Corrêa<sup>29</sup> revogou a Reforma Eptácio Pessoa. Caracterizada pelo ensino autônomo e desvinculado, a Reforma Corrêa eliminava o exame de madureza, a necessidade de equiparação das demais instituições ao Ginásio Nacional e retirou da alçada dos ginásios os exames de ingresso ao ensino superior. Para a admissão nas faculdades não seria mais necessário o certificado de conclusão do ensino secundário, ficando a cargo dos estabelecimentos superiores os exames de admissão, conhecido como vestibular. A medida se tornou necessária porque o número de candidatos para o ensino superior aumentou muito em relação às vagas oferecidas pelas faculdades existentes.

A não interferência do Estado no ensino secundário, deixando as instituições autônomas, diversificadas e livres, fez com que o ensino se torne um caos. Para muitos educadores da época, a reforma tornou o ensino desorganizado e sem padrão definido,

---

<sup>27</sup> NAGLE. **Op. Cit.** P. 145.

<sup>28</sup> NAGLE. **Op. Cit.** P. 144.

<sup>29</sup> Rivadávia Corrêa ocupou o cargo de ministro da Justiça e Negócios Interiores entre 1910 e 1913 durante o governo Hermes da Fonseca. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIA,%20Rivad%C3%A1via.pdf> Acesso em 23/5/2019.

algo que não se verificou com as reformas anteriores.<sup>30</sup> As propostas da reforma duraram apenas quatro anos.

A nova proposta para a educação secundária e superior foi instituída pelo Decreto 11.530, de 18 de março de 1915. O ministro da Justiça e Negócios Interiores, Carlos Maximiliano, referendou a nova reforma. Também conhecida com Lei Carlos Maximiliano, a mudança reintegrou ao Estado o poder de interferência no ensino, mas de forma relativa. O Colégio Pedro II voltou a ocupar a função de escola-modelo. Os estabelecimentos de ensino estaduais foram obrigados a equiparação com o colégio do Rio de Janeiro.

O que se manteve da reforma anterior foi a retirada das atribuições das instituições de ensino secundário do ingresso para o ensino superior. Os exames preparatórios se tornaram obrigatórios, nos quais alunos não matriculados em escolas oficiais poderiam obter o certificado de conclusão com o aval da União. Para acesso ao ensino superior voltou a ser necessário o certificado de aprovação do ensino secundário, entretanto os exames de admissão nas instituições superiores foram mantidos. Com essa nova reforma, o ensino secundário passou a exercer novamente a função de um canal de passagem rápida para o ensino superior.

Com o Decreto 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, a Reforma Rocha Vaz ou João Luiz Alves, entrou em vigor outra reestruturação educacional. Idealizada por Rocha Vaz e aprovada na gestão do ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luiz Alves<sup>31</sup>, o ensino secundário passou a oferecer aos adolescentes uma formação cultural, em vez de ter como único objetivo a preparação para o ensino superior. O projeto não foi bem-sucedido; entretanto a reforma foi importante para abrir caminho para as reformas que viriam no período de Vargas (Reforma Francisco Campos e Gustavo Capanema) pudessem mudar a concepção preparatória do ensino secundário.

As principais medidas dessa reforma foram a seriação dividida em seis anos de estudo e ao término o título de bacharel em ciências e letras. Assim como na Reforma Carlos Maximiliano, a partir do 5º ano o aluno já poderia se matricular no curso superior. Outra medida foi a obrigatoriedade da frequência. Os exames parcelados e exames obrigatórios foram extintos e a equiparação passou a atender somente às escolas públicas. Para os colégios particulares foram criadas juntas examinadoras para a

---

<sup>30</sup> NISKIER. **Op. Cit.** P. 204.

<sup>31</sup> Sobre João Luiz Alves, disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALVES.%20Jo%C3%A3o%20Lu%C3%ADs.pdf> Acesso em 24/5/2019.

validade dos ensinos ministrados nesses estabelecimentos. Um dos pontos mais importantes da Reforma foi a seriação do ensino, a despeito de um ensino fragmentado e irregular que ocorria até então. Diferente das outras reformas, esta inseriu todos os dispositivos legais para a organização da seriação, como as matérias ministradas em cada série e os quesitos para a aprovação em cada nível. A instituição da presença obrigatória em sala de aula passou a ser um componente importante, visto que a quantidade de faltas interferia na aprovação do aluno.

## Capítulo 2 – As mudanças educacionais na década de 20 e a educação no Governo Provisório.

### 2.1 A Crise da década de 1920.

Com a normatização das práticas políticas, após os primeiros dez anos, a República caracterizou-se pela normatização e consolidação do sistema, ou seja, o federalismo dos Estados assegurado pela Constituição de 1891 e a força das oligarquias estaduais que sustentava a política dos governadores. O ensino formal, objeto deste estudo, era destinado à pequena parte da população. O ensino primário não alcançou melhores índices de alfabetização, sendo que a maioria da população permaneceu analfabeta, e o ensino secundário praticamente permaneceu como via de acesso para o ensino superior.

Na década de 1920 houve muitas críticas às práticas republicanas. A República passou a ser apontada por intelectuais, políticos, setores médios urbanos, militares, operários como inepta, fraudulenta, corrupta, oligárquica e, conseqüentemente, afastada do “povo”. O modelo institucional jurídico-político liberal e federativo passou a ser considerado sem efeito para transformar a sociedade brasileira. Vários acontecimentos importantes ocorreram nos anos vinte refletindo essa mudança de pensamento: a Semana da Arte Moderna, a criação do Partido Comunista do Brasil, a inauguração do Centro Dom Vital, a comemoração do centenário da independência e a sucessão presidencial de 1922.<sup>32</sup>

As mudanças econômicas e sociais, tais como a urbanização e industrialização, provocaram o aumento dos trabalhadores urbanos e dos setores médios urbanos e contribuíram para tornar a sociedade brasileira mais complexa e, ao mesmo tempo, para contestadora do modelo político-econômico vigente.

A diversificação da agricultura, um maior desenvolvimento das atividades industriais, a expansão das empresas já existentes e o surgimento de novos

---

<sup>32</sup> Ver CARDOSO, Vicente Licínio. **À margem da história da República**. Brasília: EdUnB, 1981, 2 tomos; e FERREIRA, Marieta; PINTO, Surama. A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (orgs.). **O tempo do liberalismo oligárquico: da proclamação da República à revolução de 1930**. 10 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. P. 373-401.

estabelecimentos ligados à indústria de base foram importantes sinais do processo de complexificação pelo qual passava a economia brasileira.<sup>33</sup>

O cenário de contestação política, econômica e social compôs o pano de fundo para entender o porquê de os anos vinte terem sido também de reflexão e mudança no ensino: um processo que refletiu na Revolução de 30 e nas reformas educacionais que ocorreram no governo de Vargas.

No capítulo anterior deste trabalho apresentamos os propósitos republicanos de reelaborar a questão do ensino em relação às práticas da Monarquia. Apesar dos projetos e reformas, o ensino mudou lentamente em relação ao que era ministrado no período anterior: a educação continuou sendo para uma pequena parcela da população e o ensino secundário como canal direto e rápido para o ensino superior. A mudança de pensamento na década de vinte do século XX refletiu na educação para que ela tentasse romper de vez com as antigas práticas; entretanto, fatores religiosos e conservadores fizeram com que os movimentos renovadores ficassem mais no campo das ideias do que no modelo prático.

## **2.2 O movimento da Escola Nova e a influência da Igreja Católica na educação.**

Em 1924, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, foi criada a Associação Brasileira de Educação (ABE) por Heitor Lira. O objetivo dessa associação era canalizar e discutir os problemas que a educação vinha enfrentando e assim pressionar o governo para a resolução dos mesmos. A ABE organizava conferências, publicações em jornais e revistas e, posteriormente, em 1932 foi a responsável pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. O órgão não se intitulava como uma organização de classe, mas sim como uma entidade que discutia e lutava para resolver os problemas da educação brasileira. Era composta por médicos, engenheiros, jornalistas e professores, dentre outros. Numa sociedade absolutamente machista, mulheres também compunham os quadros da ABE: eram professoras, mães de famílias e cientistas.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A crise dos anos 20 e a Revolução de 1930**. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P. 389.

<sup>34</sup> ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. Quem somos? Breve histórico. Disponível em <http://www.abe1924.org.br/quem-somos> Acesso em 21/05/2019.

O surgimento da ABE não foi o marco para a criação do Movimento da Escola Nova, mas serviu para discutir os problemas que o Movimento defendia. A ABE era um dos ramos desse grande Movimento que via na educação uma maneira de resolver uma das maiores questões do Brasil até o momento: o analfabetismo. Lutava para retirar a exclusividade da educação das classes superiores da sociedade e colocá-la ao alcance de os setores sociais diversificados.

Os princípios do Movimento da Escola Nova eram baseados em um ensino leigo, universal e gratuito, tendo como referências os métodos educacionais europeus e norte-americanos<sup>35</sup>. Uma das origens do movimento foi em São Paulo com a Reforma Sampaio Dória em 1920, que consistia numa alfabetização acelerada – baseada no método intuitivo – de quatro para dois anos de estudos e duas horas e meia de aulas diárias. O objetivo principal desta reforma foi democratizar a alfabetização alcançando o maior número possível de crianças principalmente nas áreas rurais. A reforma não entrou em vigor, mas serviu para discutir caminhos para reduzir os problemas da falta de leitura e escrita da maior parte da população brasileira. E, além disso, como tornar a educação algo civilizador e não apenas alfabetizador.

Não somente essa reforma, mas a maioria das que ocorreram no período republicano não teve efeitos práticos: o maior legado delas foi levantar discussões que convieram de bases para as discussões do Movimento da Escola Nova. As reformas educacionais de Anísio Teixeira na Bahia, Lourenço Filho no Ceará, Francisco Campos em Minas Gerais, Carneiro Leão no Distrito Federal, Sampaio Dória em São Paulo e Fernando de Azevedo no Rio de Janeiro serviram para aprimorar o debate e aperfeiçoar métodos pedagógicos para o ensino no decorrer da República dos anos de 1920 e da República do Governo Vargas, na qual foram implantadas a Reforma Francisco Campos (1931) e a Reforma Capanema de 1942.

As reformas do ensino empreendidas refletiam bem essa confusão e instabilidade doutrinárias, ao mesmo tempo que tinham uma duração mais ou menos efêmera. Serviam, no entanto, a um grande objetivo, talvez imprecisamente visado: o de colocar na ordem do dia as polêmicas, em torno dos problemas sociais, os problemas relacionados com a educação. De toda parte começaram a surgir aplausos e protestos, mas sobretudo foi aguçada a curiosidade e estabelecido o diálogo social entre reformadores, educadores,

---

<sup>35</sup> ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 27ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. P. 150.

políticos e poder público, em torno questões educacionais e dos aspectos que publicamente assumiam as reformas.<sup>36</sup>

Assim como o Movimento da Escola Nova trouxe concepções inovadoras para a educação, os movimentos conservadores ligados à Igreja Católica defendiam a educação confessional. Eram contra a coeducação – educação conjunta para meninas e meninos – e contra todo tipo de pensamento que rompia com a ordem estabelecida.

Nas primeiras décadas da Primeira República o papel da Igreja foi discreto, haja vista que a Constituição de 1891 retirou a sua hegemonia religiosa e limitou o seu papel na sociedade. Entretanto, os denominados intelectuais católicos e clérigos tentaram ao longo da Primeira República aumentar o poder de influência da Igreja junto à sociedade. Evidência disso foi a publicação de um documento de chamamento nacional denominado Carta Pastoral, pelo bispo de Olinda Dom Sebastião Leme, em 1916. Nesse documento o religioso fez um alerta para os novos rumos que a sociedade da época estava tomando, pedindo que os católicos acordassem para a luta contra a ignorância religiosa.<sup>37</sup> Com as efervescências de ideias dos anos de 1920, outro marco importante evidenciando os novos objetivos de participação política e social da Igreja na sociedade foi a criação em 1922 do Centro Dom Vital: “estruturou-se com propósitos apostólicos destinando-se a exercer uma influência espiritual na camada dos intelectuais.”<sup>38</sup> Francisco Campos creditava à Igreja Católica importância significativa na construção de modelos para a sociedade. Segundo Simon Schwartzman [et al...], esse pacto ia além de convicções religiosas pessoais de Campos, mas sim na crença no papel importante que a Instituição teria na área política da época.<sup>39</sup> Todavia outros pensadores da época, tais como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, eram tidos como comunistas e subversores pelo catolicismo.

A Igreja era contra qualquer tipo de revolução ou de movimento que mudasse a ordem estabelecida. Para os católicos, o verdadeiro cristão era aquele que se submetia às autoridades constituídas no âmbito religioso e político: quem se sublevasse contra as autoridades estava se rebelando contra Deus. A Igreja Católica percebeu que teria que atuar no novo cenário político pós-Revolução de 30 para aumentar sua capacidade de

---

<sup>36</sup> ROMANELLI. **Op. Cit.** P. 130.

<sup>37</sup> NAGLE, Jorge, 1929 – **Educação e sociedade na Primeira República**, São Paulo: EPU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974, 1976, reimpressão. P. 57-58.

<sup>38</sup> NAGLE. **Op. Cit.** P. 59.

<sup>39</sup> SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. P. 61.



influência no cenário nacional, e nesse aspecto tinha um grande aliado, Francisco Campos. A primeira vitória deu-se com o Decreto 19.941, de 30 de abril de 1931<sup>40</sup>, que facultou a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. Afinal o ensino laico e neutro era visto como anarquia espiritual para os defensores do catolicismo.

Entender o papel dessa Instituição religiosa na educação é importante porque desde a proclamação da República vinha se discutindo como a educação poderia mudar os rumos do país. Se nos anos 1920 e após a Revolução de 30, o Movimento da Escola Nova e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova discutiram novas formas de promoção da educação, a Igreja Católica defendia manter a educação aos moldes praticados desde o século XIX.

### **2.3 A Reforma Francisco Campos durante o Governo Provisório.**

Como foi descrito no capítulo anterior, o ensino secundário na Primeira República era elitista e meio de passagem direta para o ensino superior. Embora a Reforma Rocha Vaz tenha tentado seriar o ensino e fixar a obrigatoriedade da frequência, a proposta não entrou em vigor.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a Constituição de 1891 foi revogada e decretos e códigos passaram a ser os instrumentos jurídicos utilizados para governar. As primeiras medidas adotadas pelo Governo Provisório foram intervencionistas e centralizadoras. Dentre elas o sistema de Interventorias e o Código dos Interventores e a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde Pública. Francisco Campos foi nomeado como primeiro ministro da pasta de Educação e Saúde Pública.<sup>41</sup> Ele era um dos integrantes da ABE e idealizadores do Movimento da Escola Nova. Teve papel importante no pacto com a Igreja Católica que resultou no decreto que retornou com o ensino religioso nas escolas públicas. Em 1931 e 1932, Campos regulamentou uma série de decretos que

---

<sup>40</sup> Ver <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 12/11/2019.

<sup>41</sup> PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (orgs). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. P. 11-33.

visava a organicidade do ensino superior, comercial e secundário. O ensino primário foi marginalizado nessa reforma, ficando de lado um dos maiores problemas da educação brasileira: o analfabetismo.

Neste trabalho nos atentaremos ao Decreto 19.890, de 18 de abril de 1931<sup>42</sup>, que dispõe sobre a organização do ensino secundário, e ao Decreto 21.241, de 4 de abril de 1932<sup>43</sup>, que o consolida os dispositivos do decreto anterior.

O primeiro ponto a se destacar dessa Reforma foi seu caráter nacional, diferente das reformas ocorridas no período anterior. Ela estabeleceu a seriação do ensino, dividindo-o em dois ciclos: o fundamental e o complementar, regulamentando a exigência de exames para o ingresso no ensino superior, acabando assim com os exames preparatórios e parcelados. Equiparou as escolas ao Colégio Pedro II por meio de inspeção federal, e instituiu o cargo de inspetor federal responsável pela regulação da equiparação.

As três principais características da Reforma foram: a seriação do ensino em fundamental e complementar, a frequência obrigatória e a equiparação por meio de inspeção federal. A seriação do ensino passou de cinco para sete anos, cinco anos compreendiam o fundamental (artigo 3º)<sup>44</sup> e dois anos o complementar (artigo 4º)<sup>45</sup> que dava acesso ao ensino superior para áreas jurídicas, medicina, farmácia, odontologia, engenharia, arquitetura, faculdade de educação, ciências e letras. O artigo 33 da reforma modificou a cultura escolar dos cursos não presenciais que existiram na primeira fase da República. Durante a Primeira República, o aluno poderia pedir exames de admissão e exames parcelados em qualquer escola equiparada ao Colégio Pedro II e a frequência não era obrigatória em sala de aula. Na nova proposta se o aluno não cumprisse três quartos das aulas respectivas às séries não poderia prestar os exames de final de ano.<sup>46</sup>

A inspeção federal foi um dispositivo para que os vários estabelecimentos, tanto os que foram herdados do período anterior como os novos, pudessem atuar de forma centralizada com o governo. Estabelecido alguns critérios dispostos no artigo 45, o

---

<sup>42</sup> **BRASIL. Decreto nº 19.890, de 18 de Abril de 1931.** Rio de Janeiro, 1931. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-republicacao-141247-pe.html> Acesso em 29/5/2019.

<sup>43</sup> **BRASIL. Decreto nº 21.241, de 4 de Abril de 1932.** Rio de Janeiro, 1932. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D21241.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D21241.htm) Acesso em 29/05/2019.

<sup>44</sup> **BRASIL. Decreto nº 19.890, de 18 de Abril de 1931.** Rio de Janeiro, 1931. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-republicacao-141247-pe.html> Acesso em 29/5/2019.

<sup>45</sup> **Ibid.**

<sup>46</sup> **Ibid.**

estabelecimento permanecia em “regime de inspeção preliminar por prazo não inferior a dois anos”<sup>47</sup>. Após esse período a equiparação era submetida ao Conselho Nacional de Educação e precisava ser aprovada por dois terços dos membros, para finalmente ser promulgado por decreto do Governo (artigo 45).<sup>48</sup> Em se tratando dos inspetores federais, eles precisavam estabelecer residência fixa na região que iam inspecionar (artigo 66), realizar visitas ao menos uma vez por mês avaliando as aulas e as provas aplicadas (artigo 56), e enviar um relatório mensal ao Departamento Nacional de Ensino.

A ação dos inspetores federais somente tinha sentido na medida em que os programas e métodos do ensino secundário estavam normalizados em nível nacional e centralizados pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, o que consolidava o papel do Estado educador.<sup>49</sup>

Se por um lado a reforma foi inovadora, pois nacionalizou o ensino colocando uma forma de aprendizado padrão a todo o território nacional; por outro teve que enfrentar as discrepâncias de cada Estado para a adaptação do padrão, pois teve que levar em conta as condições financeiras e sociais de Estados mais ricos como São Paulo e Minas, e Estados mais pobres como os do Norte e Nordeste. Outra crítica feita à Reforma foi em relação à rigidez nas avaliações e ao extenso currículo, que de certo modo favorecia muito mais os setores médios urbanos, que já tinham uma tradição de acesso ao ensino que vinha desde a Primeira República, do que os setores sociais mais baixos que viviam nas cidades e nas zonas rurais que até esse momento não tinham acesso nem ao ensino primário. Entretanto, essa reforma – assim como as outras que a antecederam – serviu para colocar na pauta das discussões sociais os grandes problemas que a educação brasileira ainda enfrentava, servindo de base para reformas posteriores como a Reforma Capanema.

---

<sup>47</sup> **Ibid.**

<sup>48</sup> **Ibid.**

<sup>49</sup> DALLABRIDA, Norberto. A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. In **Educação**. Porto Alegre. Vol. 32. Num. 2. Mai/ Ago. 2009. P. 188.

## 2.4 “Manifesto da nova educação ao governo e ao povo”: o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932.

Francisco Campos fazia parte da ABE e pertencia ao grupo dos conservadores que ainda acreditava na força da Igreja Católica para a consolidação de uma unidade política e uma unificação das massas a um objetivo comum, dando ao novo sistema “substância e conteúdo moral”<sup>50</sup>. Com a edição do Decreto nº 19.941 de 30 de abril de 1931, que institucionaliza o ensino religioso nos ensinos primário, secundário e normal há uma discordância e uma cisão dentro do Movimento Renovador: de um lado os reformadores que defendiam o ensino leigo, a coeducação e uma escola pública universal custeada pelo Estado e do outro os conservadores que acreditavam nos valores da família, numa educação diferente para homens e mulheres e principalmente no fortalecimento do ensino religioso nas escolas, algo que lhes tinha sido tirado na Constituição de 1891. O pensamento dos conservadores era baseado na política elitista oligárquica advinda da Primeira República, enquanto que os reformistas defendiam principalmente uma educação para todas as camadas da população.

Diante das disputas ideológicas na ABE e com a sanção do Decreto 19.941 de 1931, que dispunha sobre o ensino religioso nas escolas públicas, em 1932 foi publicado no jornal **Diário de Notícias** – na página sobre educação e sob a responsabilidade de Cecília Meireles – o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova,<sup>51</sup> acirrando ainda mais essas disputas internas.

À luz dessas verdades e sob a inspiração de novos ideais de educação, é que se gerou, no Brasil, o movimento de reconstrução educacional, com que, reagindo contra o empirismo dominante, pretendeu um grupo de educadores, nestes últimos doze anos, transferir do terreno administrativo para os planos político-sociais a solução dos problemas escolares.<sup>52</sup>

Apesar de terem implantado reformas em alguns Estados, os Escolanovistas ainda não tinham definido, teoricamente, suas diretrizes para um plano de educação nacional. Com isso, em 1931 o Governo Federal pediu que elaborassem um plano a fim de documentarem suas diretrizes. Durante a IV Conferência Nacional de Educação, em dezembro de 1931, os debates sobre a laicidade e gratuidade do ensino fizeram com que os grupos antagônicos, dentro da ABE, não chegassem a um consenso. A partir dessas

---

<sup>50</sup> SCHWARTZMAN [et al]. **Op. Cit.** P. 61; 81.

<sup>51</sup> GOMES. **Op. Cit.** P. 420.

<sup>52</sup> AZEVEDO, Fernando de, [et al.] Manifesto da nova educação ao governo e ao povo. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 19 mar. 1932. Página de Educação, p. 5. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_01&PagFis=9297](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_01&PagFis=9297) Acesso em 06/9/2019.

discussões, foi elaborado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932. O Manifesto representou o auge da luta ideológica. Se de um lado definiu e precisou a ideologia dos reformadores, de outro acabou aprofundando os debates e a polêmica continuou durante V Conferência Nacional de Educação,<sup>53</sup>. O anseio dos educadores de dar uma diretriz teórica ao movimento renovador ficou evidente dentro do próprio manifesto:

Era preciso, pois, imprimir uma direcção cada vez mais firme a esse movimento já agora nacional, que arrastou consigo os educadores de mais destaque, e levá-lo a seu ponto culminante com uma noção clara e definida de suas aspirações e suas responsabilidades. Aos que tomaram posição na vanguarda da campanha de renovação educacional, cabia o dever de formular, em documento publico, as bases e directrizes do movimento que souberam provocar, definindo, perante o publico e o governo, a posição que conquistaram e vêm mantendo desde o início das hostilidades contra a escola tradicional.<sup>54</sup>

O Manifesto foi um documento assinado por 26 educadores escolanovistas, no qual buscavam uma renovação educacional, com o objetivo de adequar à educação aos novos rumos que o país tomava após a Revolução de 30. Para eles a educação brasileira precisava se adequar aos modernos tempos industriais, pois os problemas do país se resolveriam se os problemas da educação fossem resolvidos. Os problemas enfrentados pela educação eram até mais importantes que os problemas econômicos. Era necessário romper com as práticas educacionais da Primeira República, pois naquele período as reformas parciais não foram capazes de resolver as dificuldades educacionais enfrentadas pelo país: tais como o analfabetismo, uma maior oferta de vagas, ampliação do ensino secundário, dentre outros. Portanto, pretendia-se uma reforma estrutural de âmbito nacional com métodos científicos e filosóficos, fazendo com que a educação fosse vista não mais como um problema administrativo, mas sim um problema de cunho social, não aceitando que questões biológicas e de bases econômicas interferissem na oferta da educação.

Três pontos importantes se destacaram no Manifesto: a educação obrigatória e gratuita, a laicidade e a coeducação. O Estado deveria ser o mantenedor e financiador da educação e atender as reivindicações das camadas mais pobres (que era a educação primária) e dos setores médios urbanos em ascensão (a educação secundária). E com isso garantir a educação a todos os brasileiros. Com o Manifesto, as polêmicas se acirraram. O poder público não podia cobrar a obrigatoriedade sem dar as condições a

---

<sup>53</sup> ROMANELLI. **Op. Cit.** p. 144.

<sup>54</sup> AZEVEDO. **Op. Cit.** p. 5

todos, de modo igualitário. A Igreja Católica entendeu algumas questões do Manifesto como uma ameaça à sua hegemonia, principalmente com relação à estatização do ensino secundário. Apesar de o documento reivindicar a ação do Estado com relação à educação, não descartava o ensino privado, visto o reconhecimento de que o Estado não tinha condições financeiras e nem institucionais de monopolizar a educação em todo o território nacional.<sup>55</sup>

Os educadores concordavam que a laicidade do ensino era um ponto importante, pois respeitava a subjetividade do educando com relação às suas crenças, e assim os estabelecimentos de ensino ficariam livre “à pressão perturbadora [...] quando utilizada como instrumento de propaganda de seitas e doutrinas”<sup>56</sup>. O Estado precisava garantir que instituições – como a Igreja Católica, por exemplo – não impusessem suas crenças àqueles que eram educados por ela. Por fim, diferentemente do que defendiam as instituições religiosas, para os pioneiros era importante a coeducação: a capacidade de aprendizado de cada indivíduo deveria ser aferida não pela questão sexual, mas sim por aptidões biológicas e físicas; a educação deveria ser oferecida a todos independente de sexo. Isso foi revolucionário para época, no qual pessoas do sexo feminino tinham aprendizado separado e diferenciado com relação aos do sexo masculino.

Embora o Manifesto reivindicasse um plano nacional de ensino, sobre as bases de um sistema unificado, para eles “unidade não significava uniformidade, a unidade pressupõe multiplicidade”<sup>57</sup>. Mesmo sendo necessário um plano nacional de educação, era importante respeitar as diferenças geográficas, culturais e financeiras de cada região do país para que o sistema funcionasse. A união seria apenas aquela que daria o suporte para que cada unidade da federação oferecesse uma educação de qualidade aos cidadãos, isso foi uma crítica às reformas anteriores que ocorreram de formas regionais e não mudaram o cenário educacional do país. Necessitava-se de uma ação coordenada do poder central, trabalhando em unidade com as regiões do país, para que as mudanças pudessem ocorrer de forma integral.

Os pensadores propuseram um plano de reconstrução educacional para o país. Para eles se fazia necessário unificar todas as modalidades de ensino: primário, secundário e superior. Até aquele momento existiam dois sistemas paralelos de ensino: o ensino primário articulado com o técnico e profissional e o secundário atrelado ao

---

<sup>55</sup> ROMANELLI. **Op. Cit.** P. 143.

<sup>56</sup> AZEVEDO. **Op. Cit.** P. 5.

<sup>57</sup> AZEVEDO. **Op. Cit.** P. 5.

superior. O sistema fazia com que se acentuasse a estratificação social, ou seja, ensino secundário e superior apenas os setores médios urbanos e a elite, e ensino primário e profissional os setores sociais mais baixos, não havendo quaisquer vias de acessos entre eles. A própria Reforma Francisco Campos acentuou essas diferenças. Para os pioneiros, o ponto nevrálgico da questão era o ensino secundário, tido como monopólio das camadas mais bem-sucedidas da sociedade e suprimido das camadas mais pobres. A solução para esse problema, segundo eles, seria um ensino unificado entre o profissional e o secundário, de uma base comum de ensino de três anos, e após esse período dividia em ramificações de interesse intelectual e manual.

A escola secundaria, unificada para se evitar o divorcio entre os trabalhadores manuaes e intellectuaes, terá uma sólida base commum de cultura geral (3 anos), para a posterior bifurcação (dos 15 aos 18), em seção de preponderancia intellectual (com os 3 cyclos de humanidades modernas; sciencias phisicas e mathematicas; e sciencias chemicas e biologicas), e em seção de preferênciã manual, ramificada por sua vez, em cyclos, escolas ou cursos destinados á preparação ás atividades profissionaes, decorrentes da extracção de materias primas (escolas agricolas, de mineração e de pesca) da elaboração das materias primas (industriaes e profissionaes) e da distribuição dos productos elaborados (transportes, communicações e commercio).<sup>58</sup>

Os pensadores tinham consciência das dificuldades de aplicação dos princípios do Manifesto, visto que muitos grupos sociais poderiam interpretar as ideias como uma ameaça aos seus privilégios. Os novos rumos que o país tomava exigiam uma nova política de educação, rompendo assim com as práticas que vinham desde a Primeira República. Os educadores estavam dispostos a enfrentar as dificuldades, acreditavam que tinham a missão de mudar o quadro educacional do país, fazendo com que a educação chegasse a todos independente das condições sociais, econômicas ou biológicas de cada indivíduo.

Embora os planos tenham ficado mais no campo da teoria, analisá-los serviu-nos para termos uma dimensão do pensamento tanto dos que estavam no poder como dos pensadores da época com relação à educação. A reflexão acerca das lutas ideológicas daqueles que queriam uma renovação educacional e social, como aqueles que, mesmo integrante do movimento renovador, queriam a manutenção das antigas práticas da Primeira República foi importante elos de compreensão. As vitórias e derrotas dos grupos renovadores e tradicionais foram expressas nas Constituições posteriores de

---

<sup>58</sup> AZEVEDO. **Op. Cit.** P. 6.

1934 e 1937, que serão analisadas no próximo capítulo em conjunto com a Reforma de 1942.



## Capítulo 3 – O Estado Novo e a Reforma do Ensino Secundário de 1942.

### 3.1 As Constituições de 1934 e 1937: o contexto histórico dos anos de 1930.

Após a Revolução de 1930 e a instituição do Governo Provisório, as forças dos setores sociais emergentes, composta pelos militares, industriais, profissionais liberais, e as oligarquias rurais destituídas do poder pressionaram o novo governo para a promulgação de uma nova Constituição que refletisse os anseios desses “novos tempos”. As oligarquias rurais não foram destituídas do poder, mantinham força de influência na sociedade e também reivindicavam seu espaço político naquela nova conjuntura social. Apesar da derrota da Revolução Constitucionalista de 1932, a Assembleia Constituinte foi convocada em 1933, pois as medidas centralizadoras e intervencionistas de Vargas desagradavam as oligarquias estaduais aliadas do poder. Todos esses poderes de influência foram refletidos na Constituição de 1934, que representou o embate político destes vários setores da sociedade.

Forças antagônicas buscavam espaço político na conjuntura sociopolítica do Governo Provisório: integralistas, comunistas, os setores médios urbanos, militares, oligarquias rurais cafeeiras e não-cafeeiras, integrantes dos governos federal e estaduais são exemplos de grupos que reivindicavam nos primeiros anos da década de 30. No campo da educação existiam as tensões das alas conservadoras católicas versus os pensadores da Escola Nova. A Assembleia Constituinte de 1933/1934 foi palco desses debates e tentou sintetizar na Constituição de 1934<sup>59</sup> esses anseios.

Na área de educação, setores da sociedade como conservadores católicos e escolanovistas obtiveram vitórias na Carta de 1934. Para os religiosos a conquista veio no artigo 153, que estabeleceu o ensino religioso como matéria obrigatória, o que foi um avanço para eles, haja vista que na Constituição anterior essa matéria foi retirada. Entretanto a frequência escolar nas aulas de religião tornou-se facultativa e deveria ser ministrada de acordo com o credo do aluno ou a preferência dos pais. As conquistas que o Manifesto dos Pioneiros obteve na lei maior foram: a obrigatoriedade do ensino

---

<sup>59</sup> **BRASIL. Constituição de 1934.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm) Acesso em 13/11/2019.

ofertado pelos poderes públicos, tornando-se um direito da população (artigo 149), inclusive para os adultos (artigo 150). Esta foi uma conquista importante pelo fato da maioria da população, principalmente entre os mais pobres, era iletrada.

Outro ponto importante foi a fixação do Plano Nacional de Educação, uniformizando assim o ensino em todo o território nacional, com observância dos parâmetros da descentralização e as peculiaridades de cada região (artigos 151, 152). Outro artigo que merece destaque é o de número 156, que tratou dos recursos para a educação. Segundo o mesmo, seriam aplicados na educação, pela União e pelos municípios, nunca menos que dez por cento dos impostos, e o Distrito Federal e os Estados nunca menos que vinte por cento. Por fim, o artigo 155 garantiu a liberdade de cátedra, importante para o aprendizado crítico do aluno.

Todas essas medidas ficaram no campo das ideias, pois no ano seguinte à sua promulgação, em 1935, foi decretada por Vargas a Lei de Segurança Nacional (LSN)<sup>60</sup>, neutralizando a Constituição. Mencionar a LSN no início desse capítulo é importante para entender o pensamento das classes hegemônicas e a defesa da centralização e do autoritarismo existente em parte da sociedade brasileira e que foram implantadas com o Estado Novo e a Constituição de 1937.<sup>61</sup>

Se for comparada a Carta Magna de 1937 com a anterior nota-se que com a Constituição do Estado Novo a menção sobre educação foi bem menor. A primeira referência à educação foi no artigo 15, que tratou das competências da União, no inciso IX: o Estado deveria determinar as bases e fixar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes que devem compor a formação física, moral e intelectual da infância e da juventude. O artigo 130 mantém a gratuidade e a obrigatoriedade de oferta da educação pelo Estado, assim como foi fixado na Constituição anterior.

No capítulo constitucional que trata da Educação e da Cultura, o artigo 129 expressou os objetivos do Estado Novo para com a educação. O referido artigo regulamentou o ensino profissional e expressou claramente que a modalidade de ensino era destinada às pessoas menos favorecidas, demonstrando o tipo de educação que cada

---

<sup>60</sup> **BRASIL. Lei nº. 38, de 4 de abril de 1935.** Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html> Acesso em 12/11/2019.

<sup>61</sup> **BRASIL. Constituição de 1937.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm) Acesso em 12/11/2019.

classe social deveria receber: ensino profissional para os mais pobres e ensino secundários e superior para a elite político-econômica que deveria conduzir o país. No mesmo artigo, foi retirado da União o dever de oferecer a educação integral, sendo dividida essa responsabilidade com os Estados e Municípios; o que na Constituição de 1934 era dever da União, na de 1937 passou apenas a ser uma ação supletiva. Por fim, com relação ao ensino religioso, a Constituição de 37 foi mais moderada em relação à de 1934, pois a partir do Estado Novo, o ensino poderia ser contemplado como matéria de ensino nas instituições, mas não seria obrigatória a oferta da disciplina e nem a frequência por parte dos alunos (artigo 133).

Outra diferença marcante entre as duas Constituições foi que na de 1934 o Estado assumia completamente a oferta de ensino, e na de 1937 o governo procurou dividir essa responsabilidade com “iniciativas individuais” e associações coletivas da sociedade. As indústrias e os sindicatos deveriam estabelecer instituições de ensino para ministrar cursos para os filhos dos operários, entretanto a regulação e fiscalização ficaram a cargo do Estado. Se com a Constituição de 1937 o Estado foi displicente com a educação, ela não foi deixada de lado pelo governo, pois era uma peça importante para os planos ideológicos de Vargas, vindo a ser regulamentada mais adiante com as Leis Orgânicas do Ensino perpetradas pelo ministro Gustavo Capanema.

### **3.2 Gustavo Capanema e a consolidação do Estado Novo.**

Para entender o período educacional do Estado Novo e os objetivos da política educacional do Governo de Vargas é preciso compreender o principal personagem responsável pela área educacional daquele período: Gustavo Capanema. Para Schwartzman [et al.], citando Carlos Drummond de Andrade, Capanema era tido como um intelectual. Segundo Drummond, geralmente os intelectuais no poder tendiam a trair e corromper as suas teses. Para o escritor, os intelectuais no poder pouco contribuíram para o progresso das instituições políticas, pois os planos de ação deles eram apenas teóricos e contemplativos, e quando chegavam ao poder deixavam de lado todas as convicções que defendiam e corrompiam-se.<sup>62</sup> Mas Capanema era diferente, ele

---

<sup>62</sup> SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra. Fundação Getúlio Vargas, 2000. P. 44.

conseguiu unir o intelecto e o poder, manteve as suas convicções em toda a sua experiência pública desde quando foi vereador de Pitangui a Ministro da Educação e Saúde Pública do Governo de Vargas.

Capanema nasceu em 1910 na cidade de Pitangui-MG, sua família pertencia à elite mineira. Seu avô, o engenheiro e físico Guilherme Schuch de Capanema – o Barão de Capanema de 1824 a 1908 – foi quem criou a primeira linha de telégrafo do Brasil, e em seguida fundou a Repartição Geral dos Telégrafos, do qual foi dirigente por trinta anos.<sup>63</sup> Capanema cursou o ginásio no Colégio Arnaldo (Belo Horizonte), dirigida por padres alemães. Devido aos impactos da Primeira Guerra Mundial, a escola foi fechada e Capanema finalizou o secundário no Colégio Ginásio Mineiro. Entrou para a Faculdade de Direito em 1920, formando-se em 1924. Nesse período ele conheceu artistas, escritores e juristas que ficaram conhecidos como “Intelectuais da Rua da Bahia”.<sup>64</sup> Após a formatura, voltou a Pitangui, tornou-se professor da Escola Normal, trabalhou na área de advocacia e elegeu-se vereador da cidade em 1927. Na época que lecionava na Escola Normal, como professor de Psicologia Infantil teve o primeiro contato com a Reforma Educacional de Francisco Campos em Minas Gerais, que nessa época era Secretário do Interior no governo de Antônio Carlos de Andrada (1926-1930).

Para Schwartzman [et al.], “elites tendem a gerar seus intelectuais, e Minas Gerais não seria exceção. São elites que têm recursos para mandar seus filhos às melhores escolas, dar-lhes familiaridades com diversas línguas, abrir-lhe o mundo dos livros e das ideias.”<sup>65</sup> Nota-se nas vivências de Capanema, até chegar a vida política, que ele teve acesso às melhores escolas e ao ensino superior de qualidade. A influência de sua família, que vinha desde o Império com o Barão de Capanema, deu-lhe acesso à Câmara Municipal. As relações que manteve na Faculdade de Direito fez com que tivesse contato com Francisco Campos, contribuindo assim ser nomeado Secretário do Interior de Minas Gerais no governo de Olegário Maciel (1930-1933).

Em 1930 foi nomeado Chefe de Gabinete do Presidente do Estado. Logo após a Revolução de 1930 foi empossado como Secretário do Interior por Olegário Maciel.

---

<sup>63</sup> BRANDI, Paulo. Verbete Gustavo Capanema Filho. CPDOC/FGV. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gustavo-capanema-filho> Acesso em 27/10/2019.

<sup>64</sup> Alguns deles eram Mário Casassanta, Abgar Renault, Gabriel Passos, Emilio Moura, Carlos Drummond de Andrade, Milton Campos, Pedro Nava.

<sup>65</sup> SCHWARTZMAN [et al.]. **Op. Cit.** P. 41.

Como Secretário, administrou assuntos relacionados à magistratura, área militar e aos municípios.<sup>66</sup> Essa função em nada se parecia com área educacional que ocuparia a partir de 1934 no governo Vargas. Mas, o posto era estratégico para as relações entre o governo de Olegário e Vargas. Era atribuição de Capanema manter contatos e firmar a fidelidade do governo estadual junto ao governo federal. Essa articulação se caracterizou pelo contato de Capanema com Campos e esse com Vargas. Em uma época de efervescências de ideias e antagonismos políticos, alguém que conseguisse uma boa articulação política seria essencial e, assim, a formação intelectual e os relacionamentos de Capanema foram bastante úteis.

Para Schwartzman [et al.], Campos foi o mentor político e intelectual de Capanema.<sup>67</sup> Isso pode ser verificado nos primeiros anos de vida política de Capanema, na nomeação dele para Secretário do Interior em Minas Gerais, bem como na aproximação dele com Vargas. A fundação da Legião de Outubro<sup>68</sup> provocou atritos: num primeiro momento Capanema não concordou com as hostilidades de Campos para com o Partido Republicano Mineiro (PRM) e, conseqüentemente, a Artur Bernardes. A filiação de Capanema à Legião de Outubro foi a contragosto, assim como a assinatura no “Manifesto aos Mineiros”.<sup>69</sup> Segundo Schwartzman [et al.], a participação política de Capanema nesses movimentos foi mais por fidelidade a Campos do que por convicções políticas.

Uma amostra, sem dúvida, das grandes diferenças entre Capanema e seu mentor de início de carreira. Campos foi, sempre, um ideólogo, no sentido de que toda a sua atuação política se fazia a partir de determinadas ideias e concepções que lhe pareciam mais apropriadas para a época e para o jogo político no qual se envolvia. Capanema, sem deixar de ser um homem de ideias, parecia mover-se muito mais pelas contingências do dia-a-dia, em uma estratégia de conciliação, de conservação e acúmulo de poder que, no final, se mostraria bastante realista e efetiva, ainda que acarretasse uma perda de autonomia e independência.<sup>70</sup>

---

<sup>66</sup> Antes de gestão de Capanema na Secretaria do Interior era atribuição dessa pasta assuntos educacionais. Com a ascensão de Olegário Maciel ao governo do Estado, ele criou uma Secretaria de Educação. SCHWARTZMAN [et al.]. **Op. Cit.** P. 53.

<sup>67</sup> SCHWARTZMAN [et al.]. **Op. Cit.** P. 53.

<sup>68</sup> Legião de Outubro, foi uma organização que procurava dar unidade, conteúdo e substância ao movimento da Revolução de 1930, fazendo com que as antigas oligarquias rurais não dominassem novamente as diretrizes regionais. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/legiao-de-outubro> Acesso em 12/11/2019.

<sup>69</sup> O documento foi assinado por Francisco Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari. Com conteúdo retórico descreve os problemas do Brasil antes de 1930, a participação mineira na revolução e a necessidade de consolidar seus princípios. Ver SCHWARTZMAN [et al.]. **Op. Cit.** P. 54, 55.

<sup>70</sup> SCHWARTZMAN [et al.]. **Op. Cit.** P. 61.

A proposta da Legião era a renovação política e projeção de novos atores, alijando do poder os membros das oligarquias rurais. A Legião de Outubro em Minas Gerais não foi bem-sucedida, mas serviu para retirar a hegemonia que o PRM tinha no estado. A partir das bases da Legião, criaram o Partido Progressista (PP) em 1933 para concorrer com o PRM nas eleições para a Assembleia Constituinte. Capanema se filiou ao PP e Campos disputou, sem sucesso, uma vaga como candidato avulso. Após o pleito de 1933, Campos acusou Capanema de subtrair seus votos no município de Pitangui. No mesmo ano Campos foi nomeado consultor-geral da República e se tornou Secretário da Educação do Distrito Federal em 1935, em substituição a Anísio Teixeira.<sup>71</sup>

Gustavo Capanema, por sua vez, estreitou suas relações com Vargas e, com a morte de Olegário Maciel em 1933, assumiu interinamente o governo mineiro. A partir de então houve uma disputa entre ele e Virgílio de Melo Franco pela sucessão do governo, mas Vargas escolheu o deputado Benedito Valadares para a Interventoria de Minas Gerais. Em julho de 1934, Capanema foi nomeado Ministro da Educação e Saúde Pública para compor o Governo Constitucional de Vargas.

Em 1936, o ministro Capanema instituiu o Plano Nacional de Educação, com o objetivo de implantar um modelo único de educação em todo o território nacional, mas as questões relacionadas ao combate ao comunismo e às negociações sobre a imposição do Estado Novo tomaram todas as pautas do governo.

A fala de Capanema em um de seus discursos refletiu os objetivos do Estado Novo para a educação:

Assim, quando dizemos que a educação ficará a serviço Nação, queremos significar que ela, longe de ser neutra, deve tomar partido, ou melhor, deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores, deve reger-se pelo sistema de diretrizes morais, políticas e econômicas, que formam a base ideológica da Nação, e que, por isto estão sob a guarda, o controle ou a defesa do Estado.<sup>72</sup>

Assim os objetivos do Estado Novo para a nação consistiam basicamente numa homogeneização de pensamento, uma coesão nacional acabando de vez com a autonomia dos Estados, herança que vinha desde a Primeira República. O projeto consistia em criar um sentimento único e patriótico de nacionalidade e brasilidade: a

---

<sup>71</sup> SCHWARTZMAN [et al.]. **Op. Cit.** P. 62.

<sup>72</sup> SILVA, Marinete dos Santos. **A educação brasileira no Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: Livramento, 1980. P. 25.

formação um novo homem para um Estado Novo. Neste projeto cada indivíduo teria seu lugar de destaque na coletividade para os rumos da nação. Entretanto, o indivíduo teria mais deveres do que direitos na formação da nacionalidade. O papel dos trabalhadores e dos setores sociais mais baixos seria movimentar as engrenagens das indústrias com sua mão de obra; e aos setores médios urbanos e à elite caberia a função de serem as cabeças pensantes da nação. Ou nas palavras de Gustavo Capanema “seriam as mentes condutoras da nação”.

Teríamos assim, a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional, e a educação feminina; uma educação destinada à elite da elite, outra educação para a elite urbana, uma outra para os jovens que comporiam o grande “exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação” e outra ainda para as mulheres. A educação deveria estar, antes de tudo, a serviço da nação, “realidade moral, política e econômica” a ser constituída.<sup>73</sup>

Para efetivar os objetivos, duas medidas foram instituídas inicialmente: a Juventude Brasileira e a Nacionalização do Ensino. Elaborado pelo Ministério da Justiça em 1938, sob o comando de Francisco Campos, o projeto da Organização Nacional da Juventude objetivava a formação da juventude para o civismo, praticando o culto à bandeira nacional, o canto do hino nacional e da mocidade e o ensino de noções militares e patrióticas.<sup>74</sup> O ministro Campos via no civismo a forma de direcionar o pensamento da juventude nos moldes de um governo autoritário em contraponto aos modelos liberais democráticos, que segundo ele estavam em decadências desde o início do século XX.

Um segundo ponto que chama atenção foi o fato do projeto não ter a participação do Ministro da Educação, visto que envolvia as crianças e os adolescentes no ambiente escolar. No primeiro momento, a arregimentação seria feita nos moldes fascistas alemães e italianos, um modelo paramilitar. A direção do projeto coube ao Chefe do Executivo e aos ministros da Guerra, Justiça e Marinha.

Dentre as principais medidas do projeto, estavam a função de “assistir e organizar a mocidade, organizar para ela períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, promovendo-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da nação.”

---

<sup>73</sup> SCHWARTZMAN [et al.]. **Op. Cit.** P. 205.

<sup>74</sup> SCHWARTZMAN [et al.]. **Op. Cit.** P. 141.

Além disso era necessário difundir na mocidade princípios de disciplina e da educação militar.<sup>75</sup>

Entretanto as críticas vieram de dentro da própria direção do projeto. O Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, fez vitupérios ao projeto de Campos. Para ele, realmente se fazia necessário uma política de controle ideológico dentro das escolas e para com a juventude de uma maneira geral, mas isso não deveria ferir a jurisdição do exército. Na verdade, para o ministro, a Organização poderia ser uma ameaça às Forças Armadas por vir a se tornar uma instituição paralela aos moldes instituídos pelas juntas militares. A própria filha de Vargas, Alzira Vargas, fez referência ao projeto. Segundo ela os objetivos do Estado Novo seria a formação de cidadãos brasileiros e não de soldados.<sup>76</sup>

Após as críticas ao projeto original, o projeto final – Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de março de 1940 – contou com a colaboração do Ministro Capanema.<sup>77</sup> Um dos primeiros atos foi a mudança do nome de Organização para Juventude, nos moldes mais próximos dos movimentos juvenis de Portugal. Retirou-se, principalmente, a atribuição militar e religiosa, dando ênfase à educação física e à educação moral e cívica. Trocou o teor paramilitar para o teor cívico e civilizador.

Outro projeto que exemplificava a dimensão que o Estado Novo queria atingir foi a Nacionalização do Ensino.<sup>78</sup> O projeto continha as diretrizes de nacionalidade, brasilidade e centralização, enfraquecendo cada vez mais o regionalismo dos estados e municípios. Entretanto um dos pontos mais emblemáticos dessa política foi a perseguição e o combate de outras nacionalidades no território nacional, principalmente aos grupos alemães do sul do país.

Analisando a situação desde a Primeira República, principalmente no âmbito do ensino, podemos notar a deficiência dos governantes em atender às populações nos municípios mais distantes do Distrito Federal. Essas lacunas deixadas pela negligência dos governantes foram supridas pelos investimentos dos imigrantes e pela manutenção

---

<sup>75</sup> SCHWARTZMAN [et al.]. **Op. Cit.** P. 140.

<sup>76</sup> SCHWARTZMAN [et al.]. **Op. Cit.** P. 144.

<sup>77</sup> **BRASIL. Decreto-Lei nº. 2.072, de 8 de março de 1940.** Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2072-8-marco-1940-412103-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 18/11/2019.

<sup>78</sup> A denominada Campanha de Nacionalização do Estado Novo abarcou vários Decretos-Leis, principalmente entre os anos de 1938 e 1942. Ver SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. P. 199-228.



das tradições culturais estrangeiras nas colônias, tais como as alemãs, japonesas e italianas.

Do lado dos colonos alemães, as queixas se acumulavam diante da política repressiva ao funcionamento das escolas particulares. Argumentavam que foram obrigados a vencer o descaso histórico do governo com relação ao atendimento à população, e em resposta ao abandono tomaram a liderança no processo de construção social dos bens elementares à socialização.<sup>79</sup>

Entretanto, o patriotismo dos alemães ao mesmo tempo em que causava medo causava admiração, pois os idealistas brasileiros viam neles, por um lado, uma ameaça ao nacionalismo brasileiro, por outro o modelo de patriotismo que requeriam dos brasileiros.

Por conta da Segunda Guerra Mundial ficou mais fácil para o governo instituir a perseguição aos núcleos estrangeiros, sob o pretexto de que nesses locais estariam se propagando o nazifascismo. A discussão tornou-se questão de Segurança Nacional, dando a prerrogativa ao exército de cumprir as medidas cabíveis e reprimir os núcleos. A repressão foi feita com violência. Estabelecimentos comerciais foram fechados ou tiveram que ter seus nomes modificados; prisões arbitrárias foram efetuadas sem o cometimento de crimes claros, mas pelo fato de o indivíduo ser estrangeiro; e nas escolas e nos espaços públicos, a língua portuguesa se tornou obrigatória, sendo proibido falar as línguas nativas dos estrangeiros. Muitas escolas estrangeiras foram fechadas e nos locais abertas escolas nacionalizadas.

Essas duas medidas citadas anteriormente, a Juventude Brasileira e a Nacionalização do Ensino, servem para exemplificar bem os objetivos do Estado Novo para com a nação brasileira. Num primeiro momento de acomodação do novo regime se fazia necessário a mudança de mentalidade, agregar nos jovens pensamentos cívicos e patrióticos. Entretanto, essa mobilização deveria ser controlada para não haver poderes paralelos que pudessem ameaçar a hegemonia do Estado centralizado. Num segundo momento se fazia necessário, a construção da nacionalidade e a valorização da brasilidade. Segundo Bomeny:

Estava em questão a identidade do trabalhador, a construção de um homem novo para um Estado que se pretendia novo, e incluía-se igualmente nesta pauta a delimitação do que seria aceito como nacional e, por contraste, o que seria considerado estrangeiro, estranho, ameaçador.<sup>80</sup>

---

<sup>79</sup> BOMENY, Helena Maria. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: Dulce Pandolfi (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. P. 159.

<sup>80</sup> BOMENY. **Op. Cit.** P. 151.

Ou seja, o governo estava disposto até a cometer atos arbitrários e torturas, correndo o risco de perder mão de obra e desestabilizar economias locais se isso ameaçasse questões relativas à consolidação do Estado Novo.

### **3.3 A Reforma do Ensino Secundário de 1942: formar as mentes condutoras da nação.**

Como já foi mencionado, Capanema assumiu o Ministério da Educação em 1934 e uma das suas primeiras medidas foi elaborar um questionário sobre a educação nacional,<sup>81</sup> que contou com a colaboração dos militares, religiosos, professores, intelectuais, jornalistas, dentre outros. Dada as tentativas fracassadas de reformas educacionais na Primeira República, o ministro considerou necessária a elaboração de um questionário para tentar compreender as várias linhas de pensamentos da sociedade naquele momento, como os católicos, os militares e os integrantes da Escola Nova, e assim conciliar essas ideias ao ponto de traçar as diretrizes que levariam a criação do Plano Nacional de Educação e assim formular as propostas necessárias.

O questionário era composto por 213 perguntas que versavam sobre assuntos relacionados ao ensino, tais como: princípios, finalidades, sentidos, organização e administração. As respostas subsidiaram o ministério na elaboração do projeto educacional. Rapidamente a Igreja Católica e os militares deram seus pareceres sobre o questionário: a Igreja na intenção de manter o seu monopólio sobre o ensino privado, e os militares por terem a educação como um aliado na questão de segurança nacional.

Em maio de 1937 o Conselho Nacional de Educação finalizou o Plano Nacional de Educação, baseado no questionário, e encaminhou-o para o Congresso Nacional apreciá-lo. Duas questões chamaram atenção dos parlamentares. O projeto somente poderia ser alterado após dez anos, isso estava previsto no primeiro artigo. Além disso, Capanema solicitou a sua aprovação na totalidade, algo que desagradou alguns

---

<sup>81</sup> O questionário foi impresso pela Imprensa Nacional em formato de livreto, sob título de Questionário para um Inquérito.

deputados, pois eles não poderiam entrar nas minúcias dos projetos e discutir questões de interesses setoriais.<sup>82</sup>

O Plano propunha mudanças relativas ao ensino desde o primário até o superior, passando pelo profissional. Na primeira parte, o Plano definia-se com um código da educação nacional, tratando princípios como: liberdade de cátedra, ensino religioso, educação moral e cívica e educação física.<sup>83</sup> Entretanto, o plano não teve tempo hábil para tramitar no Congresso, pois naquele ano foi decretado o Estado Novo e o Parlamento foi fechado, conferindo exclusividade ao Executivo para tomar as medidas que considerasse cabíveis. Os pilares do Plano foram os que nortearam a Reforma do Ensino Secundário de 1942.

Após a decretação do Estado Novo, a questão educativa ficou em segundo plano, pois naquele período se fazia necessário a consolidação do novo regime. Somente em 1942 o tema ensino voltou às principais pautas do governo com as reformas denominadas Leis Orgânicas do Ensino, abrangendo todos os níveis de educação, desde o primário até o superior, incluindo o ensino profissional. Analisaremos nessa parte do trabalho apenas o Decreto-Lei 4.244, de 9 de abril de 1942, Lei Orgânica do Ensino Secundário.<sup>84</sup>

Com a nova lei o ensino secundário foi dividido em fases. A primeira fase com duração de quatro anos, denominada ginásial, e a segunda colegial, com duração de três anos. O ensino ginásial seria um preparatório para o ingresso no ensino colegial (2º e 3º artigos). Este foi dividido em dois ciclos, o colegial clássico e o científico. A diferença principal era a obrigatoriedade do estudo das línguas clássicas – latim e grego – no clássico e mais aulas de filosofia, e no científico o estudo de desenho e mais aulas de ciências. (Artigo 4º).

O ingresso no ginásio se daria por exame de admissão. Depois de terminado o primário o candidato se submeteria a um exame de admissão para saber se estava apto para o curso secundário (artigos 33 e 34). Se fosse reprovado poderia optar por outras modalidades de ensino como o industrial, comercial ou agrícola, ou seja, não poderia

---

<sup>82</sup> CURY, Carlos Roberto Jamil. O Plano Nacional de Educação de 1936/1937. Disponível em <http://seer.ucg.br/index.php/educativa/article/viewFile/4556/2594> Acesso em 10/11/2019.

<sup>83</sup> SCHWARTZMAN [et al.]. **Op. Cit.** P. 198.

<sup>84</sup> BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de Abril de 1942.** Rio de Janeiro, 1942. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 10/11/2019.

mais ser uma das mentes condutoras da nação, mas somente um indivíduo que seria conduzido. No decorrer do curso, para que o aluno fosse aprovado para a série seguinte à que ele estava, era necessária a aprovação nos exames de suficiência, que eram realizados três vezes ao ano (artigos 47 e 52). E na última série do ginásio, como também na última série do colégio, a aprovação no exame de suficiência era obrigatória para fazer o exame de licença e assim adentrar no colégio ou no ensino superior respectivamente (artigos 53 e 67). Ou seja, aqueles indivíduos advindos das camadas mais pobres da população, com um ensino primário precário, ou mesmo aqueles sem o ensino primário, não teriam a mínima chance de acesso ou de permanência no ensino secundário, caracterizando as propostas para a educação do Estado Novo nos mesmos moldes dos praticados na Primeira República.

Mas qual o objetivo do Ministério da Educação e do Governo Federal com essas reformas? Segundo Simon Schwartzman [et al.], a própria exposição de motivos da Reforma Capanema foi autoexplicativa: “formar a personalidade, adaptar o ser humano às exigências da sociedade, socializá-lo, formar nos adolescentes uma sólida cultura geral, marcada pelo cultivo das humanidades antigas e humanidades modernas e bem assim de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística.”<sup>85</sup> O primeiro artigo do Decreto-Lei formulou :

Art. 1º O ensino secundário tem as seguintes finalidades:

1. Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes.
2. Acentuar a elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística.
3. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial.<sup>86</sup>

Os artigos do capítulo VII, em especial com o artigo 23, que tratam da educação moral e cívica, explicitaram que o objetivo era moldar uma juventude que fosse capaz de, através de uma educação humanística e de cultura geral, formar a elite que conduziria a nação. Essa modalidade de ensino era composta por várias áreas do conhecimento e compunha todas as matérias desde o ginásio até o colégio, dando ênfase à História e Geografia do Brasil. Outras matérias consideradas científicas como matemática, física, química e biologia também integravam os currículos (artigos 14 e

---

<sup>85</sup> SCHWARTZMAN [et al.]. **Op. Cit.** P. 208.

<sup>86</sup> **BRASIL. Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de Abril de 1942.** Rio de Janeiro, 1942. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 10/11/2019.

15). Outra matéria que ajudaria nessa consciência patriótica e nacionalista seria o ensino pré-militar aos menores de dezesseis anos das escolas secundárias e a partir dessa idade, o ensino militar. As diretrizes seriam elaboradas pelo Ministério da Guerra (art. 20). Os exames de admissão, suficiência e licença eram rígidos e aqueles que chegassem até a formação superior deveriam ser os melhores dos melhores.

Uma reivindicação dos integrantes da Educação Nova era o ensino igual para homens e mulheres. A Igreja Católica rejeitava o princípio e defendia o ensino feminino diferenciado. As meninas e mulheres deveriam aprender questões referentes ao cuidado com o marido, filhos e com o lar. O artigo 25 tratou da educação feminina, e mais uma vez a Igreja obtém uma vitória, pois as mulheres somente poderiam frequentar estabelecimentos de ensino destinados exclusivamente ao ensino delas. E mesmo que frequentassem escolas com pessoas do sexo masculino, as salas de aulas deveriam ser separadas e com a devida autorização do Ministério da Educação. O currículo feminino incluía a matéria Economia Doméstica. As orientações metodológicas para elas foram baseadas tendo “em mira a natureza feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar”<sup>87</sup>

Desde o Império, o ensino secundário foi considerado um ensino de elite, pois somente aqueles com poder aquisitivo tinham acesso a essa modalidade de ensino. Além do mais era o único que dava acesso ao ensino superior. Durante a Primeira República, o ensino secundário representava a passagem rápida ao ensino superior. Com a Reforma de 1942 a questão elitista do ensino secundário permaneceu. Para o ministro Gustavo Capanema, o ensino secundário seria o responsável em moldar as mentes condutoras da nação, formando uma elite bem preparada para comandar a coletividade, ideias típicas de regimes autoritários. A Reforma Capanema tentou mudar a questão propedêutica da educação brasileira. Houve o aumento de séries e de matérias ministradas de cunho humanistas com o objetivo de formar no adolescente uma cultura geral e não somente uma passagem para o ensino superior, e com a frequência obrigatória.

Segundo Romanelli os principais objetivos do Governo Federal com a educação consistiam em proporcionar: cultura geral e humanística, alimentar uma ideologia política definida em termos de patriotismo e nacionalismo de caráter autoritário,

---

<sup>87</sup> SCHWARTZMAN [et al.]. **Op. Cit.** P. 208.

condições para ingresso no curso superior, possibilitar a formação de líderes.<sup>88</sup> O Ministro afirmava que a reforma era inovadora, se comparadas às anteriores, por difundir nos adolescentes a consciência humanística e a patriótica, com estudos das línguas antigas e clássicas, e os feitos dos grandes heróis da humanidade.<sup>89</sup>

À exceção dos conteúdos sobre patriotismo e humanística de cunho autoritário, os postulados da Reforma Capanema não diferiram em larga escala das reformas da primeira fase republicana. A instrução educacional, principalmente a partir da secundária, continuou elitizada, no qual somente os setores médios urbanos e as elites sócio-políticas tinham acesso. A conclusão ou não do Ensino Colegial definiu o lugar daqueles que estavam aptos para conduzir a nação e daqueles que seriam conduzidos. Além do mais, pela similaridade entre o colegial clássico e o científico, esta etapa educacional se manteve como condição básica para o ingresso no ensino superior.

---

<sup>88</sup> ROMANELLI. **Op. Cit.** P. 157.

<sup>89</sup> SCHWARTZMAN [et al.]. **Op. Cit.** p. 208.

## Considerações Finais.

Ocorreram várias mudanças políticas na sociedade brasileira entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Em 1889 houve a destituição da Monarquia e o surgimento da República; em 1930 a Revolução e a ascensão de Vargas ao poder; e por fim o golpe de 1937. Esses episódios, entretanto, proporcionaram poucas alterações das estruturas sociais brasileiras. A sociedade que mudou de um regime monárquico para um republicano acabara de extinguir a escravidão negra, que perdurou por três séculos. Os regimes políticos mudaram, mas os grupos agroexportadores permaneceram como detentores do poder.

Com a pouca circularidade entre os grupos sociais, houve muitos obstáculos para implantar mudanças, ou mesmo reformas. Percebemos que a estrutura de ensino nas primeiras décadas da República sofreu poucas alterações, apesar das defesas de renovação de alguns republicanos. A instrução secundária continuou como de passagem para o ensino superior. Os cursos superiores ofereciam poucas vagas e o diploma à possibilidade de um cargo na administração pública. O ensino primário e o técnico permaneceram como única possibilidade para a maioria da população pobre que não podia arcar com os custos de uma educação secundária. Mesmo assim, o alto índice de analfabetismo se manteve como característica.

O Estado Novo, que em uma de suas diretrizes pregava o “Homem Novo”<sup>90</sup>, e as bases da Reforma de 1942 mantiveram o propósito de formar as individualidades condutoras da nação. Nesse período, assim como nos anteriores, os exames de admissão dificultavam muito a passagem do ensino primário para o secundário. Aos setores sociais mais baixos restou a possibilidade do ensino comercial ou industrial. Ou seja, às camadas menos favorecidas da sociedade cabia movimentar a engrenagem da mão de obra do setor urbano industrial, e aos setores médios urbanos e às elites os cargos administrativos públicos e os de condução da nação.

Ao estudar o ensino na primeira metade do século XX, é importante assinalar seus principais agentes influenciadores, os intelectuais da Associação Brasileira de Educação e a Igreja Católica. A Igreja Católica teve importante influência no Império. Com a mudança de regime em 1889, a pretensão dos militares que assumiram o poder político foi estabelecer um Estado laico. Com a Constituição de 1891, a Igreja perdeu sua hegemonia, principalmente sobre as questões educacionais. Na década de 20 do

---

<sup>90</sup> BOMENY, Helena Maria. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: Dulce Pandolfi (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. P. 139.

século XX lutou para recuperar o espaço de poder na sociedade. As vitórias vieram com a Revolução de 30 e o retorno do ensino religioso nas escolas e, na Constituição de 1937, com a manutenção desse ensino nas escolas, apesar de não obrigatório. A Igreja Católica se constituiu na maior opositora do ideário renovador dos pensadores da Escola Nova e no abrigo daqueles que defendiam a manutenção das práticas didáticas conservadoras.

Apesar de não ser objeto de estudo prioritário nas pesquisas históricas, as políticas educacionais são ferramentas importantes para compreender os planos dos governos estabelecidos, por ser uma forma de moldar a sociedade segundo os princípios de quem está no poder. Assim, o tema estudado, com foco na Reforma do Ensino Secundário de 1942, procurou entender como seria a formação das mentes condutoras da nação.

No decorrer da pesquisa para a feitura do Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, percebemos a necessidade de construir o contexto histórico para entender as bases educacionais, principalmente as do secundário.

Sobre a educação nas primeiras décadas da República, concluímos que a principal reivindicação de alguns dirigentes e intelectuais não foi alcançada, a redução do analfabetismo. Naquele período a maioria da população brasileira vivia nas áreas rurais e nas localidades não existiam os prédios escolares nem os mestres. Além do mais, a descentralização administrativa da Constituição de 1891 acentuou a desigualdade na oferta da instrução entre as unidades federativas. Outra questão era que a maioria das famílias achava mais importante colocar seus filhos no trabalho das lavouras ou em um ofício nas fábricas do que os enviar para a escola, fazendo-os “perder tempo” aprendendo a ler e a escrever.

A educação secundária era escassa e pouquíssimos eram os estabelecimentos públicos. As reformas do ensino da Primeira República para tentar organizar a educação e ampliar a oferta de oportunidades fracassaram. Talvez tenham servido para colocar os problemas do ensino na pauta de discussões públicas.

Os resultados do antagonismo entre os conservadores, visivelmente aglutinados junto aos católicos, e as propostas inovadoras da Escola Nova puderam ser verificados após a Revolução de 1930, mais precisamente com a Reforma do Ensino de Francisco Campos e nas Constituições de 1934 e 1937. O saldo para a Igreja foi mais positivo na Reforma Campos e na Carta Magna de 34, com o retorno do ensino religioso nas escolas. Após 1937 o poder de influência da Igreja Católica enfraqueceu, embora não



possa ser ignorado. O mesmo ocorreu com as ideias dos escolanovistas. Afinal em períodos autoritários geralmente as ideias que vão de encontro ao regime são sufocadas. Alguns pensadores tiveram que se recolher ao ostracismo, acusados de comunistas, ou simplesmente aceitar as condições do regime.

A educação no Estado Novo não se baseava apenas em formar as elites condutoras, mas também em incutir na sociedade pensamentos de brasilidade, civismo, patriotismo e controle dos trabalhadores.

Em sentido especial, a educação talvez seja uma das traduções mais fiéis daquilo que o Estado Novo pretendeu no Brasil. Formar um “homem novo” para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou por outra, *forjar* uma identidade positiva no trabalhador brasileiro, tudo isso fazia parte de um grande empreendimento cultural e político para o sucesso do qual contava-se estrategicamente com a educação por sua capacidade universalmente reconhecida de socializar os indivíduos nos valores que as sociedades, através de seus segmentos organizados, querem ver internalizados.<sup>91</sup>

Estes propósitos foram impressos na Reforma de 1942, mas foi algo construído desde a Revolução de 30, aprimorado com a nomeação de Capanema e o estabelecido com as Leis Orgânicas do Ensino. O próprio Capanema foi o reflexo dessa elitização do ensino. Movimentos como a Juventude Brasileira e a perseguição estrangeira na Nacionalização do Ensino já demonstravam os objetivos do Estado Novo para o Brasil e para a educação, ou seja, o controle dos grupos sociais começando pela juventude e o fortalecimento do nacionalismo e do patriotismo.

Por fim, o estudo da educação é um estudo muito amplo, o que foi estudado aqui foi apenas uma pequena parcela de uma área de estudo bastante vasta. Vários outros temas de pesquisa podem ser retirados desse trabalho como a influência católica na educação do período imperial ao Estado Novo; a influência da ABE e dos pensadores da Escola Nova. Os personagens, como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Francisco Campos e o próprio Gustavo Capanema, sozinhos já dariam um tema de pesquisa bem interessante. Assim como também influência da Juventude Brasileira e a Nacionalização do Ensino no Estado Novo. Enfim, é uma área que merece maior atenção de nossos pesquisadores pela importância que tem para todas as áreas.

---

<sup>91</sup> BOMENY. **Op. Cit.** P. 139.

## Referências Bibliográficas.

### 1. Fontes.

A Formação da Juventude Brasileira e Cristã. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 jun. 1940. A Nossa Opinião, p. 3. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/093092\\_03/1415](http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/1415) Acesso em 20/11/2019.

AZEVEDO, Fernando de, [et al.] Manifesto da nova educação ao governo e ao povo. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 19 mar. 1932. Pagina de Educação, p. 5. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_01&PagFis=9297](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_01&PagFis=9297) Acesso em 06/9/2019.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm) Acesso em 10/2/2019

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro DE 1891**. Rio de Janeiro. 1891. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm) Acesso em 20/03/. 2019.

BRASIL. **Constituição de 1934**. Rio de Janeiro. 1934. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm) Acesso em 13/11/2019.

BRASIL. **Constituição de 1937**. Rio de Janeiro. 1937. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm) Acesso em 12/11/2019.

BRASIL. **Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890**. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 23/05/2019

BRASIL. **Decreto 19.941, de 30 de abril de 1931**. Rio de Janeiro, 1931. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 12/11/2019.

BRASIL. **Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932**. Rio de Janeiro, 1932. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D21241.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D21241.htm) Acesso em 29/05/2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 2.072, de 8 de março 1940. Rio de Janeiro. 1940**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2072-8-marco-1940-412103-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 18/11/2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942**. Rio de Janeiro, 1942. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 10/11/2019.

BRASIL. **Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834**. Alterações e adições à Constituição Política do Imperio, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832. Rio de Janeiro, 1834.

Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM16.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm) Acesso em 14/03/ 2019.

**BRASIL. Lei nº. 38, de 4 de Abril 1935.** Rio de Janeiro. 1935. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html> Acesso em 12/11/2019.

## 2. Bibliografia.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. Quem somos? Breve histórico. Disponível em <http://www.abe1924.org.br/quem-somos> Acesso em 21/05/2019.

BOMENY, Helena Maria. **Reformas educacionais.** Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf> Acesso em 23/5/2019.

BOMENY, Helena Maria. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: Dulce Pandolfi (org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. P. 137 – 166.

BRANDI, Paulo. **Verbetes Gustavo Capanema Filho.** CPDOC/FGV. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/gustavo-capanema-filho> Acesso em 27/10/2019

CALICCHIO, Vera. Verbetes Legião de Outubro. CPDOC/FGV. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/legiao-de-outubro> Acesso em 12/11/2019.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (orgs). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. P. 107-143.

CARDOSO, Vicente Licínio. **À margem da história da República.** Brasília: EdUnB, 1981, 2 tomos.

CUNHA, Célio da, 1943. **Educação e autoritarismo no Estado Novo.** 2.ed. São Paulo. Cortez: Autores Associados, 1989.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Plano Nacional de Educação de 1936/1937. Disponível em <http://seer.ucg.br/index.php/educativa/article/viewFile/4556/2594> Acesso em 10/11/2019.

DALLABRIDA, Norberto. A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. In **Educação.** Porto Alegre. Vol. 32. Num. 2. Mai/Ago. 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 20 e a Revolução de 1930. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia. **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P. 389-415.

GOMES, Angela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. In GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. P. 385-539.

JUNQUEIRA, Eduardo. **João Luiz Alves**. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALVES,%20Jo%C3%A3o%20Lu%C3%ADs.pdf> Acesso em 24/5/2019.

LOPES, Raimundo Hélio. **Rivadavia Correia**. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIA,%20Rivad%C3%A1via.pdf> Acesso em 23/5/2019.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974, 1976.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história, 1500-2000**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consultor, 1995.

NUNES, Clarisse. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas. In BOMENY, Helena (orgs.). **Constelação Capanema: Intelectuais e Política**. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista: Ed. Universidade de São Francisco. 2001. P. 103-125.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. P. 13-37.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 27ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. P. 199-228.

SILVA, Marinete dos Santos. **A educação brasileira no Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: Livramento, 1980.

### Declaração de Autenticidade

Eu, Moisés de Sousa Rocha, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado **As reformas educacionais republicanas na primeira metade do século XX** foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

Brasília, 25 de novembro de 2019.



Moisés de Sousa Rocha